

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.464
Preferenciais	640
Total	8.104
Em Tesouraria	
Ordinárias	67
Preferenciais	14
Total	81

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.187.110	1.177.330
1.01	Ativo Circulante	242.870	232.991
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.478	72.496
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.439	5.143
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.439	5.143
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	4.439	5.143
1.01.03	Contas a Receber	111.797	110.130
1.01.03.01	Clientes	91.510	90.179
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.287	19.951
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	12.541	12.205
1.01.03.02.02	Dividendos a Receber	7.746	7.746
1.01.04	Estoques	36.905	36.366
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.059	8.661
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.059	8.661
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	192	195
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	192	195
1.02	Ativo Não Circulante	944.240	944.339
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	150.699	153.840
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.560	3.531
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	2.560	3.531
1.02.01.03	Contas a Receber	1.234	1.395
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.234	1.395
1.02.01.05	Ativos Biológicos	125.872	128.516
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.547	16.583
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.547	16.583
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.486	3.815
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	657	657
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.813	2.162
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.016	996
1.02.02	Investimentos	261.759	253.572
1.02.02.01	Participações Societárias	256.762	248.575
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	256.762	248.575
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.997	4.997
1.02.03	Imobilizado	531.782	536.927
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	531.782	536.927

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.187.110	1.177.330
2.01	Passivo Circulante	191.848	203.356
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.915	18.692
2.01.02	Fornecedores	44.031	42.790
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.303	11.115
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.298	7.402
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	2.941	2.869
2.01.03.01.03	Outros Tributos Federais	5.357	4.533
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.867	3.584
2.01.03.02.01	Parcelamentos Tributários	1.796	1.693
2.01.03.02.02	ICMS a Recolher	2.071	1.891
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	138	129
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	105.567	114.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	80.498	88.488
2.01.04.02	Debêntures	25.069	26.000
2.01.05	Outras Obrigações	15.032	16.271
2.01.05.02	Outros	15.032	16.271
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.607	5.607
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	8.518	9.905
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	907	759
2.02	Passivo Não Circulante	527.535	509.744
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	296.780	277.521
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	203.946	171.068
2.02.01.02	Debêntures	92.834	106.453
2.02.02	Outras Obrigações	24.262	24.056
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.871	2.109
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.871	2.109
2.02.02.02	Outros	22.391	21.947
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	9.732	10.666
2.02.02.02.04	Outros Impostos a Pagar	12.440	11.062
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	219	219
2.02.03	Tributos Diferidos	165.660	166.517
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	165.660	166.517
2.02.04	Provisões	40.833	41.650
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.833	41.650
2.03	Patrimônio Líquido	467.727	464.230
2.03.01	Capital Social Realizado	103.976	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-2.038	-2.038
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.038	-2.038
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.599	9.688
2.03.04	Reservas de Lucros	109.740	144.340
2.03.04.01	Reserva Legal	468	3.331
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	35.571	66.266
2.03.04.10	Reserva de ativos biológicos	73.701	74.743
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	246.450	248.859

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	110.636	108.812
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-83.583	-82.636
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-83.583	-82.636
3.03	Resultado Bruto	27.053	26.176
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.968	-13.436
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.715	-9.814
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.377	-7.400
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	511	784
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-204	-349
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.817	3.343
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	14.085	12.740
3.06	Resultado Financeiro	-12.409	-8.246
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.676	4.494
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.821	-460
3.08.01	Corrente	0	-811
3.08.02	Diferido	1.821	351
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.497	4.034
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-63
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-63
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.497	3.971
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,43240	0,49570
3.99.01.02	PN	0,47560	0,54530

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	3.497	3.971
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.497	3.971

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	3.307	3.498
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.270	21.872
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	3.497	3.971
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	9.567	10.629
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.821	-351
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	-14	-669
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	-4.817	-3.343
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-787	3.164
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	0	44
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	10.710	8.427
6.01.01.13	Subvenção governamental	-65	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-12.963	-18.374
6.01.02.01	Contas a receber	-1.331	-5.132
6.01.02.02	Estoques	-536	-540
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.966	-89
6.01.02.04	Outros ativos	1.473	3.605
6.01.02.05	Dividendos recebidos	0	199
6.01.02.06	Fornecedores	144	-2.608
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	-2.942	699
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	149	-93
6.01.02.09	Obrigações tributárias	1.651	2.484
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-4.487	-3.966
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-6.834	-9.118
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-2.216	-3.815
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.036	-4.442
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-4.190	-5.299
6.02.02	Aumento de capital em controlada	0	-102
6.02.03	Recebimento em alienação de ativos	154	959
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	10.711	-9.423
6.03.01	Pagamento de dividendos	0	-2
6.03.04	Empréstimos captados	44.339	9.586
6.03.05	Empréstimos pagos	-33.628	-18.414
6.03.06	Ações em tesouraria	0	-593
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	9.982	-10.367
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	72.496	39.191
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.478	28.824

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.595	0	-40.595	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	40.595	0	-40.595	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.497	0	3.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.497	0	3.497
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.475	5.475	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-89	89	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-153	153	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-889	889	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-3.811	3.811	0	0
5.06.07	Relização custoa atribuído (controladas)	0	0	-533	533	0	0
5.07	Saldos Finais	103.976	-2.038	356.817	8.972	0	467.727

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-309	404.044	0	0	467.116
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-593	0	0	0	-593
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-593	0	0	0	-593
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.971	0	3.971
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.971	0	3.971
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.304	2.304	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-89	89	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-960	960	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos(controladas)	0	0	-671	671	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-584	584	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-902	401.740	6.275	0	470.494

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	143.018	140.857
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	142.507	139.598
7.01.02	Outras Receitas	511	1.298
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-39
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-83.353	-82.751
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-82.193	-81.236
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.160	-1.515
7.03	Valor Adicionado Bruto	59.665	58.106
7.04	Retenções	-9.567	-10.629
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-9.567	-10.629
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	50.098	47.477
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	16.260	8.788
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.818	3.343
7.06.02	Receitas Financeiras	11.442	5.445
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	66.358	56.265
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	66.358	56.265
7.08.01	Pessoal	19.616	18.737
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.278	15.831
7.08.01.02	Benefícios	2.429	2.124
7.08.01.03	F.G.T.S.	909	782
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	13.035	13.732
7.08.02.01	Federais	7.302	8.333
7.08.02.02	Estaduais	5.654	5.322
7.08.02.03	Municipais	79	77
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.210	19.825
7.08.03.01	Juros	23.851	13.774
7.08.03.02	Aluguéis	6.359	6.051
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.497	3.971
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.497	3.971

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.183.180	1.181.754
1.01	Ativo Circulante	242.080	231.684
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	85.085	74.722
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.439	5.143
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.439	5.143
1.01.02.01.03	Bancos conta Vinculada	4.439	5.143
1.01.03	Contas a Receber	106.730	104.581
1.01.03.01	Clientes	94.091	92.231
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	12.639	12.350
1.01.04	Estoques	38.550	38.356
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.084	8.687
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.084	8.687
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	192	195
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	192	195
1.02	Ativo Não Circulante	941.100	950.070
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	261.977	265.659
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.560	3.531
1.02.01.01.03	Bancos conta vinculada	2.560	3.531
1.02.01.03	Contas a Receber	1.261	1.422
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.261	1.422
1.02.01.05	Ativos Biológicos	236.812	239.997
1.02.01.06	Tributos Diferidos	17.596	16.632
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.596	16.632
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.748	4.077
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas	657	657
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	1.813	2.162
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.278	1.258
1.02.02	Investimentos	4.997	4.997
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.997	4.997
1.02.03	Imobilizado	674.126	679.414
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	674.126	679.414

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.183.180	1.181.754
2.01	Passivo Circulante	197.940	213.693
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	15.315	19.021
2.01.02	Fornecedores	33.712	37.713
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.151	12.582
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.058	8.782
2.01.03.01.02	Parcelamentos Tributários	3.085	2.988
2.01.03.01.03	Outros Tributos Federais	6.973	5.794
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.924	3.633
2.01.03.02.01	Parcelamentos Tributários	1.796	1.693
2.01.03.02.02	ICMS a Recolher	2.128	1.940
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	169	167
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	119.379	128.278
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	94.310	102.278
2.01.04.02	Debêntures	25.069	26.000
2.01.05	Outras Obrigações	15.383	16.099
2.01.05.02	Outros	15.383	16.099
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.607	5.607
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	8.395	9.333
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	1.381	1.159
2.02	Passivo Não Circulante	517.493	503.811
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	255.164	240.463
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	209.536	179.983
2.02.01.02	Debêntures	45.628	60.480
2.02.02	Outras Obrigações	22.624	22.120
2.02.02.02	Outros	22.624	22.120
2.02.02.02.03	Parcelamentos Tributários	9.965	10.839
2.02.02.02.04	Outras Impostos a Pagar	12.440	11.062
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	219	219
2.02.03	Tributos Diferidos	198.805	199.511
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	198.805	199.511
2.02.04	Provisões	40.900	41.717
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	40.900	41.717
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	467.747	464.250
2.03.01	Capital Social Realizado	103.976	63.381
2.03.02	Reservas de Capital	-2.038	-2.038
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-2.038	-2.038
2.03.03	Reservas de Reavaliação	9.599	9.688
2.03.04	Reservas de Lucros	109.740	144.340
2.03.04.01	Reserva Legal	468	3.331
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	35.571	66.266
2.03.04.10	Reserva de ativos biológicos	73.701	74.743
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	246.450	248.859
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	20	20

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	117.658	115.605
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-84.186	-84.042
3.02.02	Custo dos produtos vendidos	-84.186	-84.042
3.03	Resultado Bruto	33.472	31.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.489	-18.603
3.04.01	Despesas com Vendas	-10.101	-10.065
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.158	-8.978
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	541	794
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-771	-354
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.983	12.960
3.06	Resultado Financeiro	-11.911	-7.937
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.072	5.023
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.425	-988
3.08.01	Corrente	-245	-1.361
3.08.02	Diferido	1.670	373
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.497	4.035
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	-63
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	-63
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.497	3.972
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.497	3.971
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,43240	0,49570
3.99.01.02	PN	0,47560	0,54530

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	3.497	3.972
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	3.497	3.972
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.497	3.971
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	0	1

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.538	8.244
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.847	27.426
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	3.497	3.971
6.01.01.03	Depreciação, amortização e exaustão	14.226	13.092
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-1.670	-373
6.01.01.05	Resultado na alienação de ativo permanente	426	-671
6.01.01.07	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-787	3.164
6.01.01.08	Provisão para devedores duvidosos	0	44
6.01.01.12	Variação monetárias e encargos	10.220	8.199
6.01.01.13	Subvenção governamental	-65	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.309	-19.182
6.01.02.01	Contas a receber	-6.413	-5.898
6.01.02.02	Estoques	-191	-593
6.01.02.03	Impostos a recuperar	1.966	-87
6.01.02.04	Outros ativos	1.662	3.481
6.01.02.05	Dividendos recebidos	0	197
6.01.02.06	Fornecedores	-542	-2.519
6.01.02.07	Obrigações sociais e previdenciárias	-2.872	754
6.01.02.08	Adiantamento de clientes	223	-483
6.01.02.09	Obrigações tributárias	2.093	2.672
6.01.02.10	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	-4.491	-3.966
6.01.02.11	Pagamento juros sobre debêntures	-6.834	-9.118
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-1.910	-3.622
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.784	-4.049
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-5.252	-5.567
6.02.03	Recebimentos com alienação de ativos	170	959
6.02.04	Mútuos com pessoas ligadas	298	559
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.609	-13.714
6.03.01	Pagamento de dividendos	0	-201
6.03.03	Cédula de crédito imobiliário - CRI	-4.093	0
6.03.04	Empréstimos captados	44.339	9.586
6.03.05	Empréstimos pagos	-33.637	-22.506
6.03.06	Ações em tesouraria	0	-593
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	10.363	-9.519
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	74.722	40.362
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	85.085	30.843

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230	20	464.250
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-2.038	402.887	0	0	464.230	20	464.250
5.04	Transações de Capital com os Sócios	40.595	0	-40.595	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	40.595	0	-40.595	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.497	0	3.497	0	3.497
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.497	0	3.497	0	3.497
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.475	5.475	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-89	89	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-153	153	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	0	0	-889	889	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-3.811	3.811	0	0	0	0
5.06.07	Relaização custo atribuído - (controladas)	0	0	-533	533	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	103.976	-2.038	356.817	8.972	0	467.727	20	467.747

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	63.381	-309	404.044	0	0	467.116	14	467.130
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-593	0	0	0	-593	0	-593
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-593	0	0	0	-593	0	-593
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.971	0	3.971	1	3.972
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.971	0	3.971	1	3.972
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.304	2.304	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-89	89	0	0	0	0
5.06.04	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	0	0	-960	960	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de lucros realizada - ativos biológicos(controladas)	0	0	-671	671	0	0	0	0
5.06.06	Realização custo atribuído	0	0	-584	584	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	63.381	-902	401.740	6.275	0	470.494	15	470.509

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	151.445	148.723
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	150.904	147.452
7.01.02	Outras Receitas	541	1.310
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	0	-39
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-79.921	-82.416
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-75.720	-77.798
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.201	-4.618
7.03	Valor Adicionado Bruto	71.524	66.307
7.04	Retenções	-14.226	-13.379
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-14.226	-13.379
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.298	52.928
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	14.083	5.477
7.06.02	Receitas Financeiras	14.083	5.477
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	71.381	58.405
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	71.381	58.405
7.08.01	Pessoal	20.674	19.521
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.073	16.418
7.08.01.02	Benefícios	2.646	2.310
7.08.01.03	F.G.T.S.	955	793
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	14.810	15.339
7.08.02.01	Federais	8.408	9.507
7.08.02.02	Estaduais	6.307	5.726
7.08.02.03	Municipais	95	106
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	32.400	19.573
7.08.03.01	Juros	25.994	13.496
7.08.03.02	Aluguéis	6.406	6.077
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.497	3.972
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.497	3.971
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	0	1

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

As informações a seguir estão apresentadas de forma consolidada. Os valores estão apresentados de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das informações trimestrais incluindo a Instrução CVM 469.

1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os principais indicadores financeiros se apresentaram conforme a seguir:

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

(incluindo operação descontinuada)

R\$ mil	1T12	1T11	Δ Y-o-Y	4T11	LTM12	LTM11
Receita Operacional Líquida	117.658	115.532	1,8%	125.387	483.639	464.654
Mercado Interno	102.150	100.037	2,1%	113.486	426.724	415.368
Mercado Externo	15.508	15.495	0,1%	11.901	56.915	49.286
Lucro Bruto (incluso *)	33.472	31.479	6,3%	49.879	144.440	161.241
(*) variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	15.551	14.327	36.193
Margem Bruta	28,4%	27,2%	1,2p.p.	39,8%	29,9%	34,7%
Resultado operacional antes dos tributos e participações	2.072	4.928	-58,0%	18.739	7.985	37.289
Margem Operacional	1,8%	4,3%	-2,5p.p.	14,9%	1,7%	8,0%
Resultado Líquido	3.497	3.971	-11,9%	11.075	8.880	31.295
Margem Líquida	3,0%	3,4%	-0,4p.p.	8,8%	1,8%	6,7%

EBITDA - EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION

R\$ mil	1T12	1T11	Δ Y-o-Y	4T11	LTM12	LTM11
Resultado Antes dos Tributos	2.072	4.928	-58,0%	18.739	7.985	37.289
Variação do valor justo dos ativos biológicos	-	-	-	(15.551)	(14.327)	(36.193)
Exaustão	4.470	3.909	14,4%	5.137	17.962	21.932
Depreciação e Amortização	9.756	9.183	6,2%	9.838	38.698	30.287
Resultado Financeiro	11.911	8.019	48,5%	11.551	56.407	37.179
EBITDA	28.209	26.039	8,3%	29.714	106.725	90.494
Provisões(1)	-	2.091	-100,0%	588	3.890	9.374
EBITDA Ajustado	28.209	28.130	0,3%	30.302	110.615	99.868
Margem EBITDA Ajustado	24,0%	24,3%	-0,4p.p.	24,2%	22,9%	21,5%

(1) No EBITDA Ajustado estão adicionadas provisões referentes a créditos tributários de IPI que não significaram desembolso de caixa no período.

LTM12: last twelve months 2012 (Abril 2011 até Março 2012) LTM11: last twelve months 2011 (Abril 2010 até Março 2011)

Nota: LTM (last twelve months) se refere ao somatório dos resultados apurados nos últimos doze meses. O LTM não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando uma demonstração do resultado para o período apresentado e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de nosso desempenho operacional. O LTM não tem um significado padronizado e nossa definição de LTM pode não ser comparável a definição de outras Companhias. Nossa Administração utiliza essa informação adicional para mensurar nosso desempenho operacional no período.

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador de desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

Comentário do Desempenho

***IRANI apresenta EBITDA Ajustado de R\$ 28.209 mil no 1T12,
com Margem de 24%***

Destaques do 1T12:

- Neste trimestre, a Receita Operacional Líquida apresentou aumento de 1,8% em relação ao 1T11. Nos últimos doze meses teve incremento de 4,1% em relação ao mesmo período anterior, totalizando R\$ 483.639.
- O Lucro Bruto aumentou 6,3% em relação ao 1T11. Nos últimos doze meses houve redução de 10,4% em relação ao mesmo período em 2011. O Lucro Bruto é influenciado pelo reconhecimento, nos meses de junho e dezembro de cada ano, da variação do valor justo dos ativos biológicos.
- O Resultado Líquido totalizou R\$ 3.497 positivos no 1T12, apresentando uma redução de 11,9% em relação ao 1T11. Nos últimos doze meses atingiu R\$ 8.880 positivos.
- O EBITDA ajustado no 1T12 totalizou R\$ 28.209, com margem de 24,0%, estável em relação ao mesmo trimestre do ano anterior quando foi apurado em R\$ 28.130, com margem de 24,3%. Nos últimos doze meses, o EBITDA ajustado alcançou R\$ 110.615, uma evolução de 10,7% em relação aos R\$ 99.868 do mesmo período no ano anterior.
- Indicador Dívida Líquida/EBITDA: 2,55 vezes em Mar/2012.
- Volume de vendas de embalagem de papelão ondulado: 30 mil toneladas, crescimento de 1,6% no comparativo com o mesmo trimestre do ano anterior.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL (não revisados por auditor independente)

2.1 Evolução do mercado

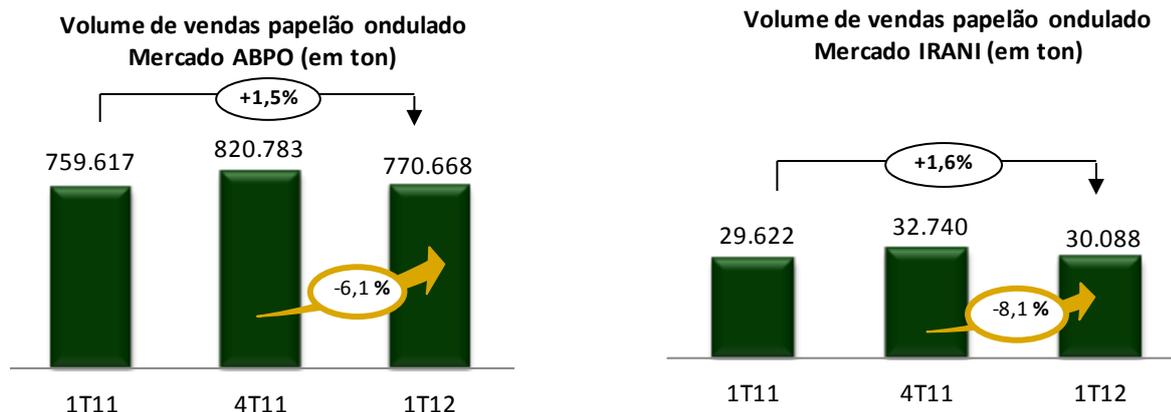
Segmento Embalagem PO (papelão ondulado) – Comparação ABPO¹ x Irani

Mercado ABPO [ton]

Mercado Irani [ton]

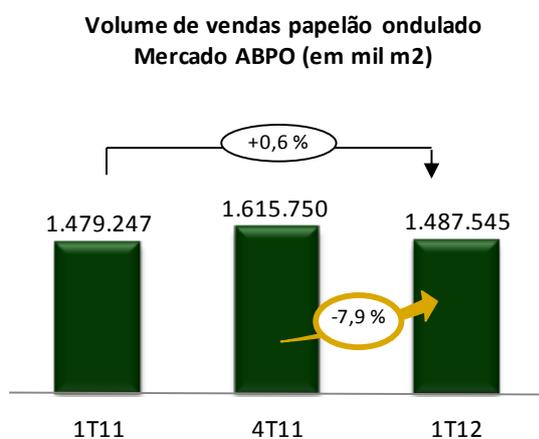
¹ABPO: Associação Brasileira do Papelão Ondulado
1T12 ABPO (em ton e m²) são prévias de fechamento. Pode haver alterações nos dados oficiais.

Comentário do Desempenho

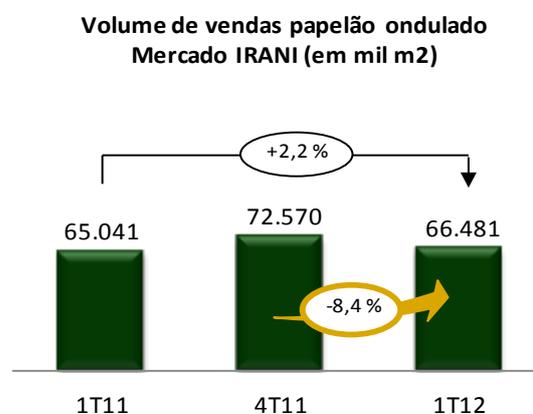


Conforme demonstrado nos gráficos, o volume de vendas de Papelão Ondulado – **Mercado ABPO**, apresentou aumento de 1,5% no 1T12 na comparação com 1T11, bem como o volume de vendas de papelão ondulado – **Mercado IRANI**, que apresentou incremento de 1,6% no mesmo período. Em comparação ao 4T11, o **Mercado ABPO** apresentou redução de 6,1% assim como o **Mercado IRANI** que reduziu 8,1%. A participação de mercado da IRANI (em ton) neste trimestre foi de 3,9%. O comportamento das vendas apresentou-se da seguinte forma em metros quadrados:

Mercado ABPO [mil m²]



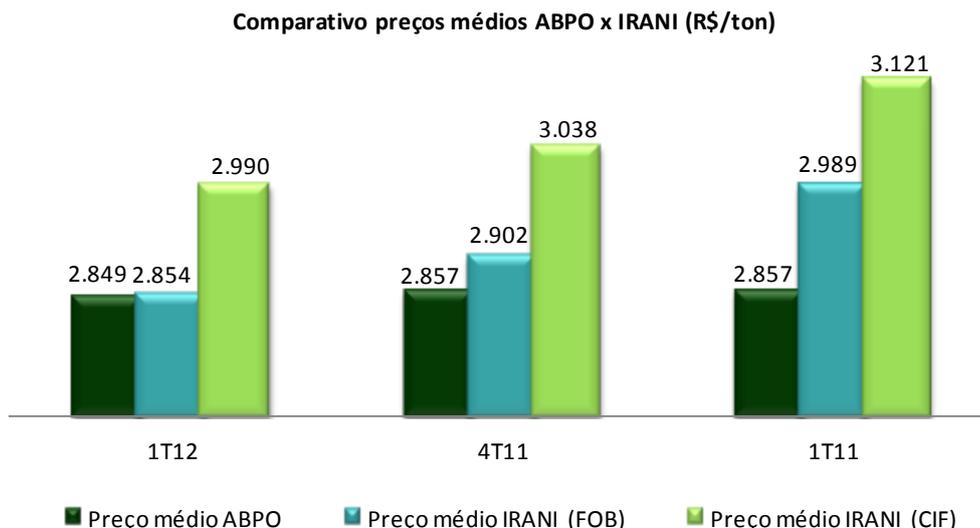
Mercado IRANI [mil m²]



O Volume de vendas de Papelão Ondulado – **Mercado ABPO** em m² manteve-se estável no 1T12 em comparação ao 1T11, enquanto o Mercado IRANI teve aumento de 2,2% no mesmo período. Em comparação ao 4T11, o **Mercado ABPO** apresentou redução de 7,9% assim como o **Mercado IRANI** onde a redução foi de 8,4%. Em metros quadrados, a participação de mercado da IRANI foi de 4,5%.

Os preços médios por tonelada reduziram no trimestre, mas estão em níveis acima dos preços médios do mercado, conforme demonstrado abaixo:

Comentário do Desempenho



Nota metodológica - para ajuste de comparabilidade, considera-se nos preços:

- 1- Os preços IRANI são sem IPI, com PIS, COFINS, ICMS;
- 2- Os preços IRANI são ajustados de acordo com o mix de caixas e chapas de mercado;
- 3- Os preços ABPO são um mix de preços CIF e FOB;

NOTA TÉCNICA

A ABPO tem o objetivo de determinar os valores das principais variáveis representativas das operações industriais do setor fabricante de papelão ondulado. A metodologia consiste em utilizar as informações respondidas por um painel de 24 empresas e expandi-las para o universo da indústria, definidas pela ABPO e compostas por 80 empresas¹. As estimativas têm como base o ano de 2008. Com os valores desta data, são calculados fatores de expansão para cada variável, aplicados em seguida aos dados amostrais deste e de outros anos². A partir de 2009 a estatística da ABPO foi terceirizada para a Fundação Getúlio Vargas, que reconsiderou a metodologia e revisou os dados do mercado de papelão ondulado brasileiro, retroagindo seus números a partir de 2005, para os valores em toneladas e metros quadrados. (1) Foram consideradas somente empresas que possuíam ondulateiras. Para efeito das estimativas, dividem-se as 80 empresas em dois grupos: informantes da ABPO (24) e não-informantes da ABPO (56). (2) Em 2008, as 24 empresas informantes da ABPO responderam por 71% do faturamento do universo de 80 produtores.

2.2 Produção e Vendas

Os volumes de produção e vendas dos principais produtos se apresentaram conforme a seguir:

Segmento Embalagem PO (papelão ondulado)

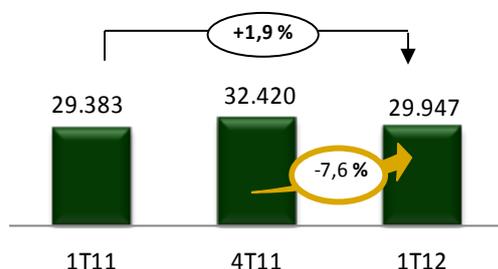
A produção total de embalagens de papelão ondulado nas duas fábricas (SP e SC) apresentou aumento de 1,9% em toneladas, em relação ao 1T11 e uma redução de 7,6% em relação ao 4T11. As vendas apresentaram crescimento em toneladas, de 1,6% comparativamente ao mesmo trimestre do ano passado, e redução de 8,1% em relação ao 4T11.

O volume de vendas da fábrica de Embalagem SP atingiu neste 1T12, 11.663 toneladas de caixas e 5.261 toneladas de chapas (11.121 toneladas de caixas e 5.332 toneladas de chapas no 1T11).

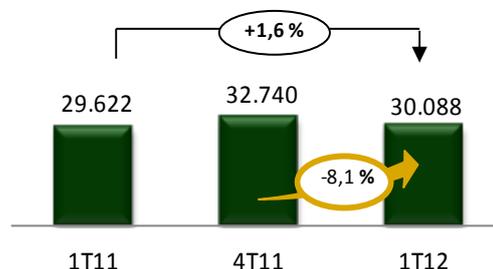
O volume de vendas da fábrica de Embalagem SC atingiu no 1T12, 10.635 toneladas de caixas e 2.529 toneladas de chapas (10.900 toneladas de caixas e 2.270 toneladas de chapas no 1T11).

Comentário do Desempenho

Volume de produção papelão ondulado
Mercado IRANI (em ton)



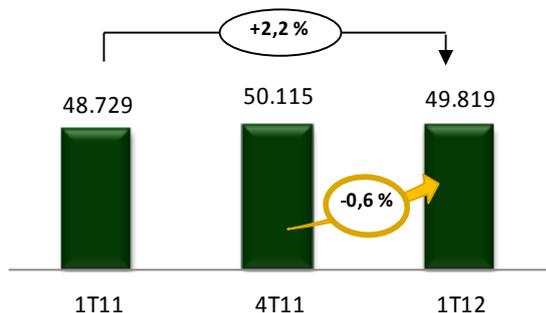
Volume de vendas papelão ondulado
Mercado IRANI (em ton)



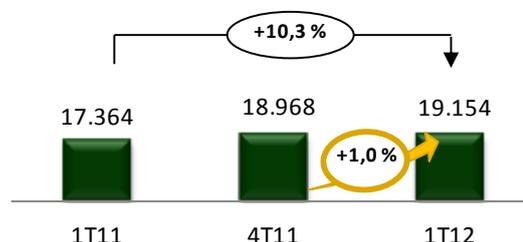
Segmento Papel para Embalagens

A produção de papel teve um incremento no 1T12 em relação ao 1T11 de 2,2% e em relação ao 4T11 manteve-se estável. As vendas tiveram aumento de 10,3% em relação ao 1T11 e também em relação ao 4T11 onde representa aumento de 1,0%.

Produção total de Papel para embalagens
(em ton)



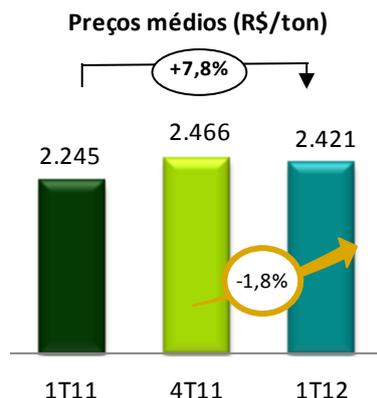
Vendas totais de Papel para embalagens
(em ton)



Neste trimestre, as transferências de papel para transformação na fábrica de embalagem PO em São Paulo alcançaram 17.996 toneladas (17.231 ton no 1T11 e 16.026 ton no 4T11) e para a fábrica de embalagem PO de Santa Catarina foram transferidas 13.767 toneladas (15.015 ton no 1T11 e 13.948 ton no 4T11).

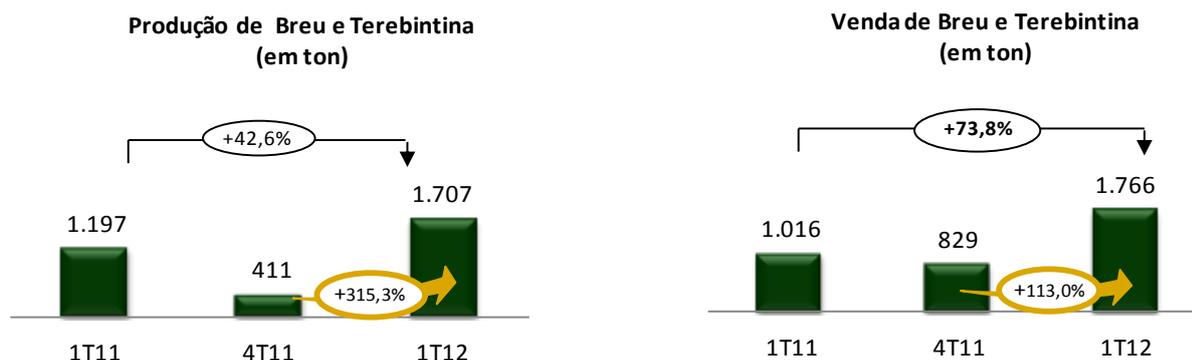
Os preços médios do papel no 1T12 apresentaram incremento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior de 7,8% e uma redução de 1,8% quando comparados ao 4T11.

Comentário do Desempenho

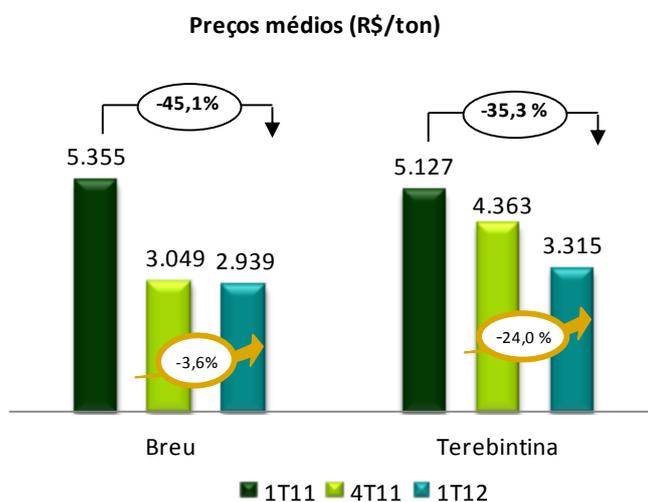


Segmento Florestal RS e Resinas

Os volumes de produção na Unidade Resinas apresentaram um aumento de 42,6% em relação ao 1T11, enquanto as vendas apresentaram aumento de 73,8% quando comparado ao 1T11. Na comparação com o 4T11 houve aumento nos volumes de produção e vendas devido ao fim do período de entressafra.



Os preços médios brutos do breu e da terebintina tiveram redução no 1T12, tanto em relação ao trimestre anterior quanto ao mesmo trimestre do ano anterior.



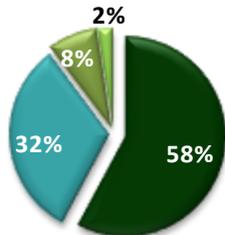
Comentário do Desempenho

2.3 Composição da Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida por Segmento [%]

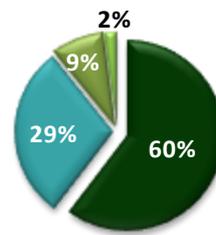
O Segmento Embalagem PO (papelão ondulado) respondeu por 58% da receita operacional líquida consolidada no 1T12, conforme apresentado abaixo:

Em 31.03.2012



■ Embalagem PO ■ Papel para Embalagens
 ■ Florestal RS e Resinas ■ Móveis

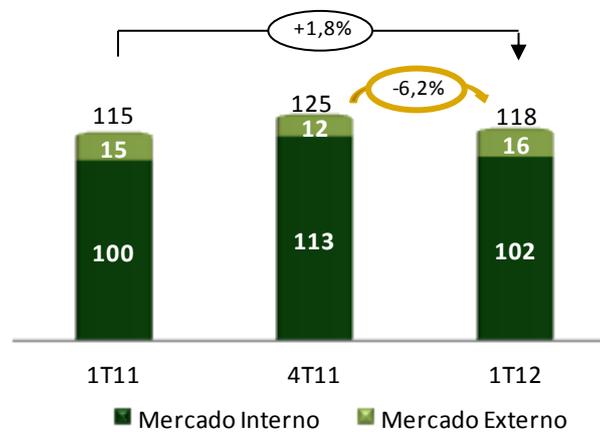
Em 31.03.2011



■ Embalagem PO ■ Papel para Embalagens
 ■ Florestal RS e Resinas ■ Móveis

Receita Operacional Líquida por Mercado [R\$ milhões]

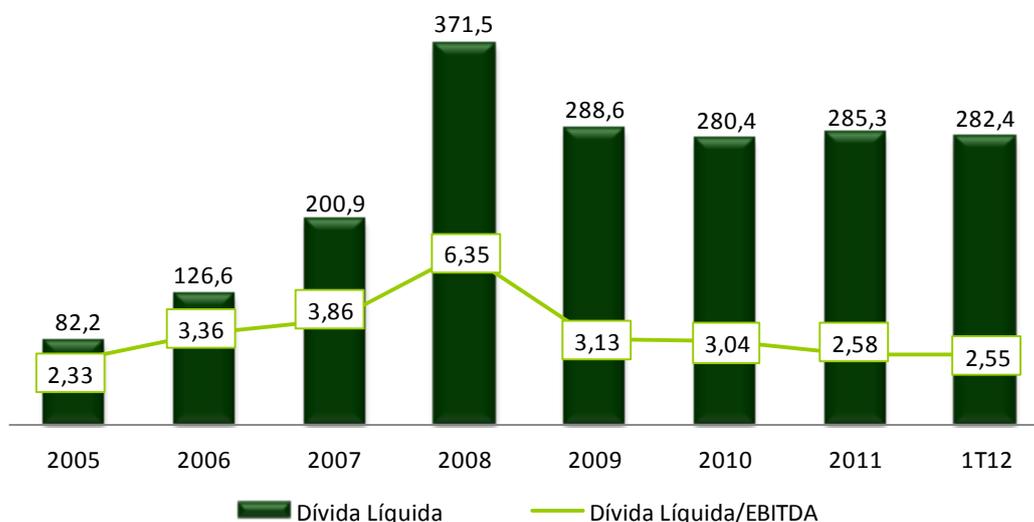
O principal mercado da Companhia é o doméstico brasileiro, que respondeu por 87% da receita operacional líquida consolidada no 1T12 em linha com os trimestres anteriores.



Comentário do Desempenho

3. ENDIVIDAMENTO E RESULTADO FINANCEIRO

3.1 Endividamento Líquido [R\$ milhões]



A evolução da Dívida Líquida / EBITDA teve seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos financiamentos dos investimentos realizados durante 2007 e 2008. A partir de 2009 começou a ocorrer à captura dos benefícios dos investimentos e liquidação da dívida, sendo que a relação Dívida Líquida / EBITDA reduziu para 2,58 vezes em 2011. No 1T12, a relação dívida líquida/EBITDA fechou em 2,55 vezes.

3.2 Resultado Financeiro

Neste trimestre o resultado financeiro foi apurado em R\$ 11.911 negativos frente aos R\$ 8.019 também negativos no mesmo trimestre do exercício anterior.

O resultado financeiro está distribuído da seguinte forma:

R\$ mil	1T12	1T11	4T11	LTM12	LTM11
Receitas Financeiras	11.476	5.450	7.412	36.614	30.764
Despesas Financeiras	(23.387)	(13.469)	(18.963)	(93.021)	(67.943)
Resultado Financeiro	(11.911)	(8.019)	(11.551)	(56.407)	(37.179)

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão inclusas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

R\$ mil	1T12	1T11	4T11	LTM12	LTM11
Varição cambial ativa	9.298	4.252	9.472	28.234	25.362
Varição cambial passiva	(8.347)	(1.944)	(10.280)	(36.598)	(19.679)
Varição cambial líquida	951	2.308	(808)	(8.364)	5.683

Comentário do Desempenho

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

R\$ mil	1T12	1T11	4T11	LTM12	LTM11
Resultado Financeiro sem variação cambial	(12.862)	(10.327)	(10.743)	(48.043)	(42.862)

Todos os períodos foram afetados em seu resultado financeiro pela oscilação do Dólar e do Euro que são base de atualização de determinados empréstimos e financiamentos da Companhia.

LTM12: *last twelve months* 2012 (Abril 2011 até Março 2012)

LTM11: *last twelve months* 2011 (Abril 2010 até Março 2011)

4. INVESTIMENTOS

Para o exercício de 2012 foram aprovados pelo Conselho de Administração investimentos de aproximadamente R\$ 40,7 milhões, conforme orçamento de capital proposto. Estes investimentos estão direcionados para manutenção, melhorias de produtividade e expansão de capacidade de produção de algumas linhas de produtos da Companhia.

CELULOSE IRANI S.A.

INDÍCES DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. IMPOSTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO
13. INVESTIMENTOS
14. IMOBILIZADO
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. CAPTAÇÕES
17. DEBÊNTURES
18. FORNECEDORES
19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO
21. PARTES RELACIONADAS
22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24. LUCRO POR AÇÃO
25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
26. DESPESAS POR NATUREZA
27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
30. SEGUROS
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGMENTOS OPERACIONAIS
33. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL
34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA
36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na Bolsa de Valores de São Paulo (“BOVESPA”) e com sede na Rua General João Manoel, nº157, 9º andar, município de Porto Alegre, RS. A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados, bem como o comércio de móveis com predominância de madeira. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº4.

Sua controladora é a Irani Participações S.A., empresa do Grupo Habitasul, sociedade anônima brasileira de capital fechado.

A emissão dessas demonstrações intermediárias da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de abril de 2012.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As informações contábeis intermediárias individuais consolidadas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre e período de três meses findos em 31 de março de 2012 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards), emitidas pelo IASB – International Accounting Standards Board, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais divergem das práticas do IFRS apresentadas nas demonstrações financeiras separadas quanto a avaliação de investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, onde seriam registrados a custo ou valor justo, em conformidade com o IFRS.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas controladores, constantes nas demonstrações

Notas Explicativas

financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e o ativo biológico mensurados pelos seus valores justos, e ativos imobilizados mensurados ao custo atribuído, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de variação cambial quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas segundo avaliação individualizada das contas a receber e considerando as perdas históricas, cujo montante é considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de

Notas Explicativas

venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

e) Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo não circulante estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

f) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

g) Propriedade para investimentos

O imóvel classificado como propriedade para investimento está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que encontra-se alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

Notas Explicativas

h) Imobilizado

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumuladas e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

i) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas a fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo menos as despesas de venda periodicamente, sendo a variação de cada período reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos.

j) Avaliação do valor recuperável de ativos (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não circulantes para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Essas revisões não indicam a necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável.

k) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia adota a taxa vigente de

Notas Explicativas

34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08% e a Irani Trading S.A., adota a taxa presumida de 10,88%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, reserva de reavaliação e dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

l) Empréstimos e financiamentos, debêntures, cédula de crédito imobiliário – CCI e certificado de direitos creditórios do agronegócio - CDCA

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Alguns instrumentos financeiros derivativos, dependendo da sua natureza, são avaliados pelo valor justo na data do balanço em contrapartida de receitas ou despesas financeiras no resultado do período. Determinados instrumentos financeiros derivativos são avaliados e reconhecidos no resultado do período, nas receitas ou despesas financeiras, pelo custo amortizado, por fazerem parte de um único instrumento financeiro.

n) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Notas Explicativas

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do leasing operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

o) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, a realização dos créditos tributários diferidos, provisões para créditos de liquidação duvidosa, avaliação do valor justo dos ativos biológicos, provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, além de redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

q) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

Notas Explicativas

r) Reconhecimento das receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- a Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- a Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e
- os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

s) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

t) Lucro por ação básico e diluído

Calculado com base na média ponderada das ações em circulação durante o exercício.

u) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)		
Empresas controladas - participação direta	31.03.12	31.12.11
Habitasul Florestal S.A.	100,00	100,00
Irani Trading S.A.	99,99	99,99
Meu Móvel de Madeira LTDA.	99,93	99,93
HGE - Geração de Energia Sustentável LTDA	99,98	99,98
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	99,99	99,99

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data base da controladora.

As operações de cada uma das controladas estão relacionadas na nota explicativa nº 13.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de Caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Fundo fixo	16	16	21	21
Bancos	1.060	1.272	1.404	2.477
Aplicações financeiras	81.402	71.208	83.660	72.224
	<u>82.478</u>	<u>72.496</u>	<u>85.085</u>	<u>74.722</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 102,33% do CDI.

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	87.975	89.957	93.132	94.577
Clientes - mercado externo	7.476	4.152	7.503	4.198
Controladas	1.894	1.905	-	-
	<u>97.345</u>	<u>96.014</u>	<u>100.635</u>	<u>98.775</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(5.835)</u>	<u>(5.835)</u>	<u>(6.544)</u>	<u>(6.544)</u>
	<u>91.510</u>	<u>90.179</u>	<u>94.091</u>	<u>92.231</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
À vencer	81.749	81.929	84.919	83.628
Vencidos até 30 dias	5.938	6.769	6.008	7.125
Vencidos de 31 a 60 dias	1.350	386	1.350	386
Vencidos de 61 a 90 dias	740	115	740	124
Vencidos de 91 a 180 dias	683	162	683	180
Vencidos há mais de 180 dias	6.885	6.653	6.935	7.332
	<u>97.345</u>	<u>96.014</u>	<u>100.635</u>	<u>98.775</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 48 dias. A Companhia constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber vencidas há mais de 180 dias com base em análise da situação financeira de cada devedor e ainda baseada em experiências passadas de inadimplência. Também são constituídas provisões para crédito de liquidação duvidosa para contas a receber vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores são considerados irrecuperáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Saldo no início do exercício	(5.835)	(5.697)	(6.544)	(6.406)
Provisões para perdas reconhecidas	-	(146)	-	(146)
Valores recuperados no período	-	8	-	8
Saldo no final do exercício	<u>(5.835)</u>	<u>(5.835)</u>	<u>(6.544)</u>	<u>(6.544)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 38.463, estão cedidos como garantia de algumas operações financeiras, dentre elas cessão fiduciária de 25% do valor do saldo devedor principal das debêntures (nota explicativa 17), e também cessão fiduciária de 3 (três) parcelas de aluguel da operação CCI (nota explicativa 16).

Notas Explicativas

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Produtos acabados	4.558	5.486	6.168	7.442
Materiais de produção	19.837	18.364	19.837	18.364
Materiais de consumo	11.748	11.890	11.783	11.924
Outros estoques	762	626	762	626
	<u>36.905</u>	<u>36.366</u>	<u>38.550</u>	<u>38.356</u>

O custo dos estoques reconhecido como despesa durante o trimestre em relação às operações continuadas foi de R\$ 83.583 (R\$ 82.636 no 1T11) no individual e R\$ 84.186 (R\$ 84.042 no 1T11) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido como despesa não inclui nenhuma redução referentes a perdas de estoques ao valor líquido realizável. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
ICMS sobre aquisição de imobilizado	2.807	3.457	2.821	3.463
ICMS	359	321	370	341
Cofins	578	-	578	-
IPI	3.372	5.547	3.372	5.547
Imposto de renda	986	908	986	908
Contribuição social	341	338	341	338
IRRF	429	245	429	245
Outros	-	7	-	7
	<u>8.872</u>	<u>10.823</u>	<u>8.897</u>	<u>10.849</u>
Parcela do circulante	7.059	8.661	7.084	8.687
Parcela do não circulante	1.813	2.162	1.813	2.162

Os créditos de ICMS sobre aquisição de imobilizado são gerados em relação às compras de bens para o ativo da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IPI são gerados em relação às aquisições de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

Notas Explicativas

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora e Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
Banco do Brasil - Nova York - a)	3.324	3.840
Banco Credit Suisse - Brasil - b)	3.675	4.834
	<u>6.999</u>	<u>8.674</u>
Parcela do circulante	4.439	5.143
Parcela do não circulante	2.560	3.531

- a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela com vencimento em maio de 2012.
- b) Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos em aplicações financeiras para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato. Os resgates estão ocorrendo em 8 parcelas semestrais, que iniciaram em setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB, equivalente a 108% do CDI.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Créditos de carbono	6.794	6.378	6.794	6.378
Adiantamento a fornecedores	1.009	1.412	1.027	1.425
Créditos de funcionários	879	982	892	1.004
Renegociação de clientes	3.772	3.309	3.803	3.340
Despesas antecipadas	750	1.025	780	1.057
Outros créditos	571	494	604	568
	<u>13.775</u>	<u>13.600</u>	<u>13.900</u>	<u>13.772</u>
Parcela do circulante	12.541	12.205	12.639	12.350
Parcela do não circulante	1.234	1.395	1.261	1.422

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de

Notas Explicativas

Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo e são mensurados de acordo com a metodologia aprovada no protocolo de Kyoto para cada projeto, considerando o valor provável de realização estimado com base nos contratos firmados. Em 31 de março de 2012 a grande maioria dos créditos que são os volumes gerados até setembro de 2011, já se encontravam auditados pela *DNV - DET NORSKE VERITAS CERTIFICATION AS*, e estavam aguardando a emissão dos respectivos créditos para serem negociados. A Administração espera que estes créditos sejam emitidos em um período inferior a 12 meses.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos tem cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Por decisão do Conselho de Administração da Companhia, em outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em Rio Negrinho, SC. Os ativos daquela unidade foram avaliados pela Administração e foram classificados nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, como mantidos para venda pelo valor residual contábil na data do balanço, visto que as avaliações feitas apontaram valor de mercado líquido de comissões e custos para comercialização acima deste valor residual contábil. Os estoques estão classificados pelo seu valor contábil de aquisição, e a Administração avalia como recuperáveis pela sua venda no mercado.

Notas Explicativas

Esta operação não apresentava passivos em 31 de março de 2012.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
Estoques	192	195
Imobilizado	657	657
Ativos de operação descontinuada	849	852

Em 2011, parte dos imóveis daquela unidade foram alugados para operações de empresas da região, até que as condições de venda dos mesmos sejam favoráveis para a Companhia. Desta forma os mesmos foram reclassificados para Propriedade para Investimento conforme abaixo.

	Controladora e Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
Imobilizado - Edificações	4.997	4.997
Total de propriedade para investimento	4.997	4.997

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado em cada período de competência.

A Companhia avalia que o valor justo dos ativos classificados como propriedade para investimento, baseado em avaliação mercadológica do imóvel realizada por profissional técnico, e de R\$ 12.100.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	11.970	11.261	12.002	11.293
Sobre prejuízo fiscal	932	932	932	932
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	4.309	4.054	4.326	4.071
Sobre base de cálculo negativa	336	336	336	336
	<u>17.547</u>	<u>16.583</u>	<u>17.596</u>	<u>16.632</u>

Notas Explicativas

A Administração reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

<u>Período</u>	<u>Valor R\$</u>
2012	3.334
2013	2.402
2014	1.931
2015	2.282
2016	7.647
	<u>17.596</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – ativo, é assim demonstrada :

Controladora	<u>Saldo inicial 31.12.11</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Saldo Final 31.03.12</u>
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	1.021	(176)	845
Provisão para riscos diversos	14.161	(275)	13.886
Outros	134	(36)	98
Total diferenças temporárias	<u>15.316</u>	<u>(487)</u>	<u>14.829</u>
Prejuízos Fiscais	<u>1.267</u>	<u>1.451</u>	<u>2.718</u>
	<u>16.583</u>	<u>964</u>	<u>17.547</u>
Consolidado	<u>Saldo inicial 31.12.11</u>	<u>Reconhecido no Resultado</u>	<u>Saldo Final 31.03.12</u>
Impostos diferidos ativos com relação a:			
Provisão para participações	1.021	(176)	845
Provisão para riscos diversos	14.161	(275)	13.886
Outros	183	(36)	147
Total diferenças temporárias	<u>15.365</u>	<u>(487)</u>	<u>14.878</u>
Prejuízos Fiscais	<u>1.267</u>	<u>1.451</u>	<u>2.718</u>
	<u>16.632</u>	<u>964</u>	<u>17.596</u>

Notas Explicativas

13. INVESTIMENTOS

	Habitasul Florestal	Irani Trading	Meu Móvel de Madeira	HGE Geração de Energia	Iraflor Comercio de Madeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2011	115.033	90.524	1.359	3.529	38.130	248.575
Resultado da equivalência patrimonial	724	2.798	142	(125)	1.278	4.817
Aporte de Capital	-	-	-	-	3.370	3.370
Em 31 de março de 2012	115.757	93.322	1.501	3.404	42.778	256.762
Capital social integralizado	28.260	41.226	4.300	4.010	40.910	
Patrimônio líquido	115.758	93.335	1.502	3.404	42.783	
Resultado do período	724	2.799	142	(125)	1.278	
Participação no capital em %	100,00	99,98	99,93	99,98	99,99	

A controlada Habitasul Florestal S.A., realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas.

A controlada Irani Trading S.A., realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.

A controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., realiza operações de administração e comercialização de florestas para a controladora Celulose Irani S.A. e também para o mercado. Em 26 de janeiro de 2012 recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S/A., no valor de R\$ 3.370 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

A controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda., realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis.

A controlada HGE Geração de Energia Sustentável Ltda., foi adquirida em 2009 e tem por objeto a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia. Esta empresa continua em fase pré-operacional e avalia os projetos para implementá-los.

Notas Explicativas

b) Método de depreciação

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	<u>Taxa %</u>
Prédios e construções *	2,25
Equipamentos e instalações **	6,45
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71
Veículos e tratores	20,00

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de leasing financeiros

c) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo das Unidades Papel e Embalagem em Vargem Bonita – SC e da Unidade Embalagem em Indaiatuba – SP. Durante o período, foram capitalizados custos com taxa média de 9,18% ao ano, de empréstimos utilizados especificamente para financiar a execução de alguns projetos de investimentos, no montante de R\$ 159.

O adiantamento a fornecedores refere-se aos investimentos nas Unidades Papel e Embalagem de Vargem Bonita – SC.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade de Embalagem em Indaiatuba-SP que é depreciada pelo método linear a taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

d) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (impairment)

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações de seus ativos em 31 de março de 2012.

Notas Explicativas

e) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos imobilizados em garantia de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Custo de formação dos				
Ativos biológicos	37.473	36.489	76.050	74.107
Diferencial do valor justo	88.399	92.027	160.762	165.890
Ativo biológico a valor justo	<u>125.872</u>	<u>128.516</u>	<u>236.812</u>	<u>239.997</u>

A Companhia considera que deste total de ativos biológicos, R\$ 159.707 são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, dos quais, R\$ 116.834 se referem a florestas formadas que possuem mais de 6 anos. O restante dos valores são referente a florestas em formação, as quais ainda necessitam de tratamentos silviculturais. Esses ativos estão localizados próximos a fábrica de Vargem Bonita, SC, onde são consumidos.

A colheita destas florestas é realizada principalmente em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, no ativo biológico de SC, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende a demanda de produção da unidade produtiva.

Os ativos biológicos utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 77.105, e estão localizados no litoral do RS. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração da floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

- a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

Notas Explicativas

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos corresponde a projeção dos fluxos de caixa futuros de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;
- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (Capital Asset Pricing Model – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotado sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas, e suprir o abastecimento exigido pela indústria;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados em cada período de análise, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos periodicamente, (em geral semestralmente) considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras. No 1T2012 não houve reconhecimento da variação do valor justo dos ativos biológicos.

Entre as principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos estão a remuneração dos ativos próprios que contribuem, a taxa de 3% ao ano, e a taxa de desconto, de 8% ao ano.

Neste período a Companhia não observou nenhum evento que impactasse a valorização do ativo biológico, como temporais, raios e outros que podem afetar as florestas.

Notas Explicativas

Principais movimentações

As movimentações do período são demonstradas abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31.12.11	128.516	239.997
Plantio	1.182	1.285
Exaustão		
Custo histórico	(115)	(1.751)
Valor justo	(341)	(2.719)
Transferência para capitalização em controlada	<u>(3.370)</u>	-
Saldo em 31.03.12	<u><u>125.872</u></u>	<u><u>236.812</u></u>

A exaustão dos ativos biológicos dos períodos foi substancialmente apropriada ao custo de produção, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 03 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a integralização de capital na Iraflor Comércio de Madeiras Ltda, através da transferência de ativos florestais de propriedade da Companhia. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais e a captação de recursos através de CDCA, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia possui certos ativos biológicos em garantias de operações financeiras, conforme descrito nas notas explicativas 16 e 17.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidas.

Notas Explicativas**16. CAPTAÇÕES**

	Controladora		Consolidado		
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11	
Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	7.068	8.604	7.068	8.604	a)
Capital de giro	18.893	30.171	19.408	30.666	b)
Capital de Giro - CDCA	15.971	15.505	15.971	15.505	c)
Leasing financeiro	1.100	1.065	1.139	1.102	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	13.258	13.258	e)
Total moeda nacional	<u>43.032</u>	<u>55.345</u>	<u>56.844</u>	<u>69.135</u>	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	2.404	2.475	2.404	2.475	f)
Adiantamento contrato de câmbio	7.336	5.641	7.336	5.641	g)
Toronto Dominion Bank	173	177	173	177	h)
Banco Credit Suisse	19.919	20.256	19.919	20.256	i)
Banco C.I.T.	705	942	705	942	j)
Banco Santander (Brasil)	1.656	1.638	1.656	1.638	k)
Banco Santander	994	2.014	994	2.014	l)
Banco Itaú BBA	4.279	-	4.279	-	m)
Total moeda estrangeira	<u>37.466</u>	<u>33.143</u>	<u>37.466</u>	<u>33.143</u>	
Total do circulante	<u>80.498</u>	<u>88.488</u>	<u>94.310</u>	<u>102.278</u>	
Não Circulante					
Moeda nacional					
FINAME	9.417	9.240	9.417	9.240	a)
Capital de giro	23.825	25.643	23.825	25.643	b)
Capital de Giro - CDCA	82.005	78.367	82.005	78.367	c)
Leasing financeiro	1.935	1.416	2.001	1.493	d)
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	5.524	8.838	e)
Total moeda nacional	<u>117.182</u>	<u>114.666</u>	<u>122.772</u>	<u>123.581</u>	
Moeda estrangeira					
Leasing financeiro	1.137	1.164	1.137	1.164	f)
Banco Credit Suisse	48.675	53.600	48.675	53.600	i)
Banco Santander (Brasil)	1.656	1.638	1.656	1.638	k)
Banco Itaú BBA	35.296	-	35.296	-	m)
Total moeda estrangeira	<u>86.764</u>	<u>56.402</u>	<u>86.764</u>	<u>56.402</u>	
Total do não circulante	<u>203.946</u>	<u>171.068</u>	<u>209.536</u>	<u>179.983</u>	
Total	<u>284.444</u>	<u>259.556</u>	<u>303.846</u>	<u>282.261</u>	

Notas Explicativas

Vencimentos no longo prazo:	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
2013	40.200	43.564	45.790	52.403
2014	58.117	49.400	58.117	49.400
2015	56.779	47.524	56.779	47.524
Acima	48.850	30.580	48.850	30.655
	<u>203.946</u>	<u>171.068</u>	<u>209.536</u>	<u>179.983</u>

Captações em moeda nacional:

- Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,73% ao ano com vencimento final em 2019.
- Capital de giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 8,19% ao ano com vencimento final no primeiro semestre de 2017.

Custo de Transação:

Uma das operações de capital de giro, Banco Safra, incorreu num custo de transação de R\$ 170 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 12,8%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Custo Transação Capital Giro

Ano	Principal
2012	48
2013	51
2014	36
2015 e acima	<u>19</u>
	<u>154</u>

c) Capital de giro – CDCA

Em 20 de junho de 2011, a Companhia emitiu Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, no valor nominal de R\$ 90.000 em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O CDCA tem a ele vinculado os direitos creditórios oriundos de Cédulas de Produtor Rural Física (“CPR”), emitida pela controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda., que tem como credora a Celulose Irani S.A., nos termos da Lei nº 8.929 de 22 de agosto de 1994.

Esta operação será liquidada em 6 parcelas anuais a partir de junho de 2012, atualizável pelo IPCA, acrescida de 10,22% ao ano.

Custo de Transação:

Notas Explicativas

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.636 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16,15%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	642
2013	763
2014	634
2015 e acima	903
	2.942

- d) Leasing financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 17,08% ao ano com vencimento final em 2014.
- e) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A.

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% ao ano.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Captações em moeda estrangeira:

As captações em moeda estrangeira em 31 de março de 2012 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 8,11% ao ano para operações em dólar e de 4,78% ao ano para operações em Euro.

- f) Leasing financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- g) Adiantamentos contratos de câmbio atualizáveis pela variação cambial do dólar e pagável em parcela única, com vencimento no primeiro semestre de 2013.

Notas Explicativas

- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, principal atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. Os juros incidentes sobre esta operação não sofrem variação cambial, conforme contrato de swap descrito na nota explicativa nº 31.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 5.310 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 19,12%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	812
2013	1.063
2014	1.284
2015	1.469
	<u>4.628</u>

- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- m) Banco Itaú BBA, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2017.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 560 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 6,38%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	146
2013	162
2014	121
2015 e acima	115
	<u>544</u>

Notas Explicativas

Garantias:

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas), penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor de R\$ 89.688. Outras operações mantém garantias específicas conforme segue:

- i) Para Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio), a Companhia constituiu garantias reais em montante aproximado de R\$ 91.631 sendo:
 - Cessão Fiduciária em favor do credor sobre direitos creditórios oriundos das CPRs – Cédulas de Produtor Rural a ele vinculado.
 - Hipoteca em favor dos Bancos de alguns imóveis da Companhia, equivalentes a 9.500 hectares.
 - Alienação fiduciária de florestas de Pínus e Eucalipto existentes sobre os imóveis objeto de hipoteca, de propriedade da Emitente.
- ii) Para Cédula de crédito imobiliário – CCI, a Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.555, sendo:
 - Hipoteca de alguns imóveis da Celulose Irani S.A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
 - Penhor Agrícola dos ativos florestais (pínus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
 - Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.
- iii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP e caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel no valor de R\$ 188.591. Além dessas, estão em garantida as ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia.
- iv) Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co- Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas conforme abaixo:

Notas Explicativas

- i) Capital de giro – CDCA (Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio)
- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre fiscal findo em, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para o trimestre fiscal findo em, 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em março de 2012 A Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

ii) Cédula de crédito imobiliário – CCI

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

- a) A relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre findo em 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma

Notas Explicativas

nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.

- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para o trimestre findo em 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de março de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iii) Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de (i) 3,0 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2012; (ii) 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; (iii) 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de: (i) para o trimestre findo em 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até 2015, 2,50x.
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 70% do valor da depreciação somada a exaustão e amortização. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

Em 31 de março de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

iv) Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 17%;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3 vezes;

Notas Explicativas

- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato.
- v) Banco Itaú BBA:
- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre fiscal findo em, 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré-estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a: (i) para o trimestre fiscal findo em, 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a receita líquida dos últimos 12 meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de março de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

17. DEBÊNTURES

Primeira Emissão de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de

Notas Explicativas

distribuição, no valor de R\$ 100.000. As debêntures vencerão em março de 2015 e estão sendo amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% ao ano. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 3.623 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 16%. É apresentado abaixo o saldo dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Ano	Principal
2012	637
2013	852
2014	892
2015	<u>227</u>
	<u><u>2.608</u></u>

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor de R\$ 157.924, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 26.527.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40.000.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste período e estão apresentadas abaixo:

Notas Explicativas

- a) A relação entre a dívida líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior a: (i) para o trimestre findo 31 de março de 2012, 3,00x; (ii) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x; e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x. Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15%, fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- b) A relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para o trimestre findo 31 de março de 2012, 2,00x; (ii) para os trimestres fiscais findos em 30 de junho de 2012, 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, 2,25x; e (iii) a partir do trimestre fiscal findo em 31 de março de 2013 (inclusive) até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x.
- c) A relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Em 31 de março de 2012 a Companhia atendeu os índices exigidos nas cláusulas contratuais acima.

Primeira Emissão Privada de Debêntures Simples

A Companhia emitiu debêntures simples em 19 de agosto de 2010, não conversíveis em ações, cuja integralização foi feita pela controlada Irani Trading S.A., pelo valor de R\$ 40.000. As debêntures vencerão em parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

Custo de Transação:

Esta operação incorreu num custo de transação de R\$ 1.902 e sua taxa de juros efetiva (TIR) é de 9,62%. É apresentado abaixo o montante dos custos de transação a serem apropriados ao resultado em cada período subsequente:

Notas Explicativas

Ano	Principal
2013	232
2014	588
2015	<u>1.082</u>
	<u><u>1.902</u></u>

Esta emissão não contém garantias nem cláusulas financeiras restritivas.

O quadro a seguir mostra a exigibilidade por ano das operações de debêntures.

Ano	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
2012	11.897	25.226	11.897	25.226
2013	23.985	24.999	23.985	24.999
2014	23.589	24.603	23.589	24.603
2015	58.432	57.625	11.226	11.652
	<u>117.903</u>	<u>132.453</u>	<u>70.697</u>	<u>86.480</u>
Parcela do circulante	25.069	26.000	25.069	26.000
Parcela do não circulante	92.834	106.453	45.628	60.480

18. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Interno				
Materiais	24.872	26.377	25.705	27.741
Ativo imobilizado	1.901	1.975	1.901	1.975
Prestador de serviços	1.547	2.451	1.618	2.603
Transportadores	4.434	5.211	4.451	5.271
Partes relacionadas	11.240	6.653	-	-
Externo				
Materiais	37	123	37	123
	<u>44.031</u>	<u>42.790</u>	<u>33.712</u>	<u>37.713</u>

Notas Explicativas

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

A Companhia optou pelo REFIS, normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, para parcelamento de seus tributos. Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC.

A Companhia parcelou o ICMS ordinário do Estado de São Paulo e sobre o mesmo incidem juros de 2% ao mês, amortizado mensalmente.

Os valores estão apresentados conforme a seguir:

CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Parcelamento REFIS Receita Federal	2.203	2.148	2.232	2.177
Parcelamento ICMS	1.796	1.693	1.796	1.693
Parcelamento INSS Patronal	738	721	830	812
Parcelamento FNDE	-	-	23	-
	<u>4.737</u>	<u>4.562</u>	<u>4.881</u>	<u>4.682</u>

NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Parcelamento REFIS Receita Federal	5.689	6.200	5.736	6.253
Parcelamento ICMS	2.505	2.784	2.505	2.784
Parcelamento INSS Patronal	1.538	1.682	1.638	1.802
Parcelamento FNDE	-	-	86	-
	<u>9.732</u>	<u>10.666</u>	<u>9.965</u>	<u>10.839</u>

Notas Explicativas

Vencimentos no longo prazo:	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
2013	2.380	2.912	2.488	3.031
2014	2.392	2.327	2.470	2.381
2015	734	787	758	787
2016	488	488	511	511
Acima	3.738	4.153	3.738	4.130
	<u>9.732</u>	<u>10.666</u>	<u>9.965</u>	<u>10.839</u>

INSS – Refere-se a parcelamento Previdenciário da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009.

Receita Federal – Refere-se a parcelamento de Tributos Federais da Lei 10.684/03 e que a Companhia aderiu ao Refis em novembro de 2009, e parcelamento de outros débitos de IPI no montante atualizado de R\$ 7.892 sendo R\$ 2.796 de principal e R\$ 5.096 de multas e de juros de mora. Este valor está sendo pago em 180 parcelas e atualizado pela SELIC.

INSS Patronal – Refere-se a parcelamento Previdenciário de novembro e dezembro de 2008.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

A Companhia adotou para os exercícios de 2011 e de 2012 o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos, ajustados pela revisão da vida útil do imobilizado, tratado como RTT (Regime Tributário de Transição) e registrado nesta mesma conta.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado e a reserva de reavaliação foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

Os saldos dos impostos diferidos passivos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são compostos conforme:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.733	3.945	5.534	5.477
Valor Justo dos ativos biológicos	30.139	30.224	31.652	31.737
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	83.124	83.439	103.985	104.456
Reserva de Reavaliação	4.090	4.123	4.090	4.123
Subvenção Governamental	725	709	725	709
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo Regime de Caixa	1.344	1.420	1.993	1.971
Valor Justo dos ativos biológicos	10.847	10.878	11.663	11.695
Custo Atribuído do ativo imobilizado e revisão de vida útil	29.924	30.039	37.429	37.603
Reserva de Reavaliação	1.472	1.484	1.472	1.484
Subvenção Governamental	262	256	262	256
	<u>165.660</u>	<u>166.517</u>	<u>198.805</u>	<u>199.511</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos – passivo, é assim demonstrada :

Controladora	Saldo inicial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
	<u>31.12.11</u>		<u>31.03.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Variação cambial reconhecida por caixa	5.365	(288)	5.077
Valor justo dos ativos biológicos	41.102	(116)	40.986
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	113.478	(430)	113.048
Reserva de reavaliação	5.607	(45)	5.562
Subvenção governamental	965	22	987
	<u>166.517</u>	<u>(857)</u>	<u>165.660</u>

Notas Explicativas

Consolidado	Saldo inicial	Reconhecido no Resultado	Saldo Final
	<u>31.12.11</u>		<u>31.03.12</u>
Impostos diferidos passivos com relação a:			
Varição cambial reconhecida por caixa	7.448	79	7.527
Valor justo dos ativos biológicos	43.432	(116)	43.316
Custo atribuído do ativo biológico e revisão da vida útil	142.059	(646)	141.413
Reserva de reavaliação	5.607	(45)	5.562
Subvenção governamental	965	22	987
	<u>199.511</u>	<u>(706)</u>	<u>198.805</u>

Notas Explicativas

21. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Contas a receber		Contas a pagar		Debêntures a pagar		Mútuo passivo	
	31.03.12	31.12.2011	31.03.12	31.12.2011	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Irani Trading S.A.	3.774	3.774	1.427	1.400	47.206	45.973	1.871	2.109
Habitusul Florestal S.A.	3.972	3.972	1.415	375	-	-	-	-
HGE - Geração de Energia	-	-	785	920	-	-	-	-
Meu Móvel de Madeira	1.894	1.905	-	-	-	-	-	-
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	8.446	4.877	-	-	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	457	877	-	-	-	-
Participação dos administradores	-	-	5.279	5.279	-	-	-	-
Total	9.640	9.651	17.809	13.728	47.206	45.973	1.871	2.109
Parcela circulante	(9.640)	(9.651)	(17.809)	(12.851)	-	-	-	-
Parcela não circulante	-	-	-	-	47.206	45.973	1.871	2.109

Controladora	Receitas		Despesas	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Irani Trading S.A.	-	-	4.308	4.248
Habitusul Florestal S.A.	-	-	1.039	851
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	80	41
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	261	223
Irani Participações	-	-	120	120
Remuneração dos administradores	-	-	1.153	1.131
Total	-	-	6.961	6.614

Consolidado	Contas a pagar		Despesas	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.03.11
Irani Participações	-	-	120	120
Companhia Com.de Imóveis	-	-	-	447
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	80	41
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	261	223
Remuneração dos administradores	457	877	1.241	1.215
Participação dos administradores	5.279	5.279	-	-
Total	5.736	6.156	1.702	2.046
Parcela circulante	(5.736)	(6.156)	-	-

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitusul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA., são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido. Os valores de contas a receber pela controladora das controladas Irani Trading S.A. e Habitusul Florestal S.A. são referentes aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2011.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. e são atualizadas pelo IPCA mais 6% ao ano com vencimento descrito na nota 17.

Notas Explicativas

A Companhia transferiu para a Iraflor em 2011 e 2012, R\$ 40.845 em florestas plantadas para integralização de capital. Em 16 de junho de 2011, a controlada Iraflor emitiu Cédulas de Produtor Rural Física (CPR) com vencimento final em junho de 2018 e que representam os direitos da Companhia de receber madeira neste período. Tendo os direitos creditórios oriundos dos CPRs, a Companhia emitiu em 20 de junho de 2011, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, em favor do Banco Itaú BBA S.A e do Banco Rabobank International Brasil S.A.

O débito junto a HGE Geração de Energia Sustentável Ltda é decorrente de valor a integralizar de capital social referente alteração contratual com aumento de capital a ser integralizado até final do ano de 2012.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda corresponde a 50% do valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor total mensal contratado atual é de R\$ 174 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos junto a Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados corresponde a serviços de assessoria jurídica, contrato firmado em 01 de junho de 2006 com prazo indeterminado reajustado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários e a remuneração variável de longo prazo da diretoria.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram R\$ 1.139 em 31 de março de 2012 (R\$ 1.215 em 31 de março de 2011). A remuneração global dos administradores proposta para o exercício de 2012 a ser aprovada em Assembleia Geral convocada para 19 de abril de 2012 é de R\$ 9.000.

Adicionalmente foi destacada Participação dos Administradores referente ao resultado do exercício de 2010 e 2011, no montante de R\$ 5.279, equivalente a 10% do resultado líquido dos exercícios, conforme previsão estatutária da Companhia. Sua distribuição se dará aos administradores conforme programa de remuneração variável de longo prazo aprovado pelo Conselho de Administração. Atualmente a Companhia não possui outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações a seus administradores.

22. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária.

Notas Explicativas

Apoiada na opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Provisão cíveis	1.328	1.308	1.328	1.308
Provisão trabalhistas	479	499	546	566
Provisão tributárias	39.026	39.843	39.026	39.843
Total	<u>40.833</u>	<u>41.650</u>	<u>40.900</u>	<u>41.717</u>
Depósitos Judiciais	<u>1.016</u>	<u>996</u>	<u>1.278</u>	<u>1.258</u>

Movimentação do saldo da provisão

Controladora	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.12
Cível	1.308	43	(23)	-	1.328
Trabalhista	499	-	(7)	(13)	479
Tributária	39.843	920	-	(1.737)	39.026
	<u>41.650</u>	<u>963</u>	<u>(30)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>40.833</u>
Consolidado	31.12.11	Provisão	Pagamentos	Reversão	31.03.12
Cível	1.308	43	(23)	-	1.328
Trabalhista	566	-	(7)	(13)	546
Tributária	39.843	920	-	(1.737)	39.026
	<u>41.717</u>	<u>963</u>	<u>(30)</u>	<u>(1.750)</u>	<u>40.900</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de março de 2012, havia R\$ 1.328 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 635, classificados no Ativo não Circulante.
- Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 546 em 31 de março de 2012, e acredita que seja suficiente para

Notas Explicativas

cobrir eventuais perdas trabalhistas. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 643, classificados no Ativo não Circulante.

- c) As provisões para processos tributários se referem à compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas realizados pela Companhia. O montante compensado entre os períodos de abril 2007 a dezembro de 2011 foi de R\$ 27.425. O saldo atualizado em 31 de março de 2012 totaliza R\$ 39.026.

Contingências

Para as contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de março de 2012, o montante das causas de naturezas trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias é composto como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31.03.12	31.12.11
Contingências trabalhistas	11.752	11.752
Contingências cíveis	2.064	2.064
Contingências ambientais	876	876
Contingências tributárias	61.535	61.535
	<u>76.227</u>	<u>76.227</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 11.752 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 2.064 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento e são entendidas pela Administração com boas chances de êxito.

Contingências ambientais:

Refere-se à Ação Civil Pública, objetivando a recuperação da área degradada, que foi julgada parcialmente procedente, caso não seja possível efetuar a referida recuperação haverá conversão da mesma em indenização. Por se tratar de questão ambiental seu

Notas Explicativas

valor é de difícil mensuração, mesmo assim, a Companhia entende que o valor será inferior ao máximo estimado de R\$ 876.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 61.535 e contemplam os seguintes processos:

- Processo Administrativo 10925.000172/2003-66 com valor em 31 de março de 2012 de R\$ 7.099 referente à auto de infração de IPI originado por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário. A Companhia é beneficiária de decisão administrativa definitiva pelo acórdão 203-03.459 de 16/09/97 que declarou a procedência do pedido de restituição. A Receita Federal do Brasil interpôs recurso administrativo que se encontra em pendência de julgamento.
- Execução Fiscal nº 2004.72.03.001555-8 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de março de 2012 de R\$ 4.399 referente à Notificação Fiscal de Lançamento de Débito que versa sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais. O processo encontra-se suspenso por decisão judicial, aguardando julgamento da ação anulatória nº 2005.71.00.002527-8.
- Execução Fiscal nº 99.70.00325-9 do INSS – Instituto Nacional do Seguro Social com valor em 31 de março de 2012 de R\$ 4.581 que trata de cobrança de crédito tributário por meio da NFLD nº 32.511.108-1, referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação do serviço de cessão de mão de obra, sendo a Companhia responsável solidária. O processo encontra-se aguardando julgamento de agravo regimental interposto pela PFN, diante de procedência dos embargos à execução opostos pela Companhia.
- Processos Administrativos nº. 11080.013972/2007-12 e nº. 11080.013973/2007-67 com valor em 31 de março de 2012 de R\$ 3.161 referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos recursos voluntários.
- Processos Administrativos referente notificações fiscais do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido por creditamento de ICMS na aquisição de materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 31 de março de 2012 de R\$ 29.491. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processos administrativos de nºs 11080.009902/2006-89, 11080.009904/2006-88 e 11080.009905/2006-12, referente compensações de tributos federais com

Notas Explicativas

Crédito Presumido de IPI sobre exportações, supostamente calculados indevidamente, com valores atualizados em 31 de março de 2012 de R\$ 12.804. A Companhia discute administrativamente os processos.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social, em 31 de março de 2012, é de R\$ 103.976, composto por 8.104.500 ações sem valor nominal, sendo 7.463.987 ações ordinárias e 640.513 ações preferenciais. As ações preferenciais não têm direito a voto, participam dos lucros com remuneração superior à razão de 10%, em relação às ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio em caso de liquidação da Companhia. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

O capital social foi aumentado de R\$ 63.381 para R\$ 103.976, sem emissão de novas ações, mediante capitalização das contas de reserva legal e reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 40.595. A aprovação ocorreu em 29 de fevereiro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária.

b. Ações em tesouraria

Em reunião de 24 de novembro 2010, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a adquirir ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, em conformidade com a Instrução CVM nº 10/80 e suas alterações. O plano de recompra teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011. Ficou desta forma autorizada aquisição de até 62.356 ações ordinárias e 18.646 ações preferenciais, ambas nominativas escriturais sem valor nominal.

A Companhia adquiriu em 2010, 9.100 ações ao valor total de R\$ 229, e até 23 de novembro de 2011, quando o programa foi encerrado, mais 66.900 no valor de R\$ 1.761 distribuído da seguinte forma:

	Controladora			
	31.12.11		31.12.10	
	Valor	Quant.	Valor	Quant.
Ordinárias	1.411	54.400	199	7.900
Preferenciais	350	12.500	30	1.200
	1.761	66.900	229	9.100

Notas Explicativas

O valor de negociação dessas ações na Bolsa de Valores de São Paulo era de R\$ 19,01 em 31.12.11 e de R\$ 21,10 em 31.03.12 para as ações ordinárias, e R\$ 28,50 em 31.12.11 e em 31.03.12 para as ações preferenciais.

A Companhia mantém ainda em tesouraria 4.602 (quatro mil seiscentas e duas) ações ordinárias no montante de R\$ 47, adquiridas de ex-diretores que se desligaram em períodos anteriores, conforme determinava o plano de opção de ações então existente. A Administração da Companhia oportunamente proporá a destinação das ações em tesouraria ou o seu cancelamento.

c. Reserva de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: Reserva legal, Reserva de Ativos Biológicos e Reserva de retenção de lucros.

A Reserva legal se constitui pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

A Reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

A Reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela assembleia geral. Alguns contratos com credores contém cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos.

24. LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação básico e diluído é calculado pela divisão do lucro das operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro diluído é igual ao lucro básico por ação.

Notas Explicativas

	31.03.12		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.397.085	626.813	8.023.898
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	3.199	298	3.497
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,4324</u>	<u>0,4756</u>	

	31.03.11		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	7.438.818	636.513	8.075.331
Lucro líquido do período atribuível a cada espécie de ações (*)	3.688	347	4.035
Lucro por ação básico e diluído - R\$	<u>0,4957</u>	<u>0,5453</u>	

(*) As ações preferencias tem direito a dividendos 10% superiores as ações ordinárias.

25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Receita bruta de vendas de produtos	142.507	139.576	150.904	147.431
Impostos sobre as vendas	(31.130)	(30.077)	(32.410)	(31.034)
Devoluções de vendas	(741)	(687)	(836)	(792)
Receita líquida de vendas	<u>110.636</u>	<u>108.812</u>	<u>117.658</u>	<u>115.605</u>

Notas Explicativas

26. DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(57.540)	(54.129)	(52.948)	(53.814)
Gastos com pessoal	(21.454)	(20.010)	(22.605)	(20.761)
Depreciação, amortização e exaustão	(9.484)	(8.312)	(14.144)	(10.720)
Fretes de vendas	(4.440)	(4.094)	(4.822)	(4.336)
Contratação de serviços	(3.482)	(3.480)	(3.648)	(3.620)
Despesas de vendas	(5.275)	(5.720)	(5.278)	(5.729)
Outros gastos	-	(4.105)	-	(4.105)
	<u>(101.675)</u>	<u>(99.850)</u>	<u>(103.445)</u>	<u>(103.085)</u>
<u>Outras despesas líquidas</u>				
Custo da venda de ativos	(140)	(166)	(596)	(167)
Venda de ativo permanente	154	454	170	454
Outras receitas/despesas	293	147	196	153
	<u>307</u>	<u>435</u>	<u>(230)</u>	<u>440</u>
Despesa operacional	<u><u>(101.368)</u></u>	<u><u>(99.415)</u></u>	<u><u>(103.675)</u></u>	<u><u>(102.645)</u></u>

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Receita de bens alienados	14	455	30	456
Outras receitas operacionais	497	329	511	338
	<u>511</u>	<u>784</u>	<u>541</u>	<u>794</u>
Despesas	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(37)	(167)	(485)	(168)
Outras despesas operacionais	(167)	(182)	(286)	(186)
	<u>(204)</u>	<u>(349)</u>	<u>(771)</u>	<u>(354)</u>

Notas Explicativas**28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Resultado antes dos impostos	1.676	4.494	2.072	5.023
Alíquota Básica	34%	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(570)	(1.528)	(704)	(1.708)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.638	1.138	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.179	1.125
Outras diferenças permanentes	753	(70)	951	(405)
	<u>1.821</u>	<u>(460)</u>	<u>1.425</u>	<u>(988)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(811)	(245)	(1.361)
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.821	351	1.670	373

29. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.03.11	31.03.12	31.03.11
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.858	903	1.890	903
Juros	254	228	255	262
Descontos obtidos	32	62	33	62
	<u>2.144</u>	<u>1.193</u>	<u>2.178</u>	<u>1.227</u>
Varição cambial				
Variação cambial ativa	9.155	2.874	9.155	2.874
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	143	1.378	143	1.378
Variação cambial passiva	(8.081)	(1.075)	(8.091)	(1.075)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(266)	(869)	(266)	(869)
Variação cambial líquida	<u>951</u>	<u>2.308</u>	<u>941</u>	<u>2.308</u>
Despesas financeiras				
Juros	(15.086)	(11.446)	(14.602)	(11.164)
Descontos concedidos	(38)	(36)	(41)	(38)
Deságios/despesas bancárias	(267)	-	(274)	(4)
Outros	(113)	(265)	(113)	(266)
	<u>(15.504)</u>	<u>(11.747)</u>	<u>(15.030)</u>	<u>(11.472)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.409)</u>	<u>(8.246)</u>	<u>(11.911)</u>	<u>(7.937)</u>

Notas Explicativas

30. SEGUROS

A Companhia adota uma política conservadora com relação à contratação de seguros para cobertura de sinistros diversos. A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2012, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 311.650. Também estão contratados seguro de vida em grupo para os colaboradores com cobertura entre mínima de R\$ 10 e máxima de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados as atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas nas notas explicativas nº 16 e nº 17, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos investimentos mantidos até o vencimento) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 23).

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. O índice de endividamento em 31 de março de 2012 foi de 60% capital próprio e 40% capital de terceiros, dentro dos patamares almejados.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de março de 2012 e de 2011 é o seguinte:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Dívida (a)	402.347	392.009	374.543	368.741
Caixa e saldos de bancos	82.478	72.496	85.085	74.722
Investimentos mantidos até o vencimento	6.999	8.674	6.999	8.674
Dívida Líquida	<u>312.870</u>	<u>310.839</u>	<u>282.459</u>	<u>285.345</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>467.727</u>	<u>464.230</u>	<u>467.747</u>	<u>464.250</u>
Índice de endividamento líquido	<u>0,67</u>	<u>0,67</u>	<u>0,60</u>	<u>0,61</u>

(a) A dívida é definida como captações de curto e longo prazos incluindo as debêntures, conforme detalhado nas notas explicativas nº 16 e nº 17.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Ativos financeiros				
Caixa e saldos de bancos	82.478	72.496	85.085	74.722
Apresentados ao valor justo por meio do resultado	163	286	163	286
Investimentos mantidos até o vencimento	6.836	8.388	6.836	8.388
Empréstimos e recebíveis				
Conta a receber de clientes	91.510	90.179	94.091	92.231
Outras contas a receber	11.445	10.669	11.490	10.722
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	284.444	259.556	285.064	260.164
Debêntures	117.903	132.453	70.697	86.480
Cédula de crédito imobiliário	-	-	18.782	22.097
Fornecedores	44.031	42.790	33.712	37.713

Os valores dos instrumentos apresentados ao valor justo são considerados como Nível 1, uma vez que são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Notas Explicativas

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira da Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de outubro de 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos pela Companhia tem como objetivo minimizar riscos financeiros inerentes as suas operações, bem como garantir a eficiência na gestão dos seus ativos e passivos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos em vigência foram contratados com o objetivo de proteger as obrigações decorrentes de empréstimos tomados em moeda estrangeira ou as exportações da Companhia e foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, essas operações apresentam exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

A exposição cambial total líquida em moeda estrangeira é equivalente a 22 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no ano 2011, e 20 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas nos 03 meses findos em 31 de março de 2012. Como o maior valor dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua exigibilidade no longo prazo, a Companhia entende que gerará fluxo de caixa em moeda estrangeira suficiente para quitação de seu passivo de longo prazo em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.12	31.12.11	31.03.12	31.12.11
Contas a receber	7.476	4.152	7.503	4.198
Créditos de carbono a receber	6.794	6.378	6.794	6.378
Bancos conta vinculada	6.999	8.674	6.999	8.674
Adiantamento de clientes	(218)	(298)	(218)	(661)
Fornecedores	(37)	(123)	(37)	(123)
Empréstimos e financiamentos	(124.230)	(89.545)	(124.230)	(89.545)
Exposição líquida	<u>(103.216)</u>	<u>(70.762)</u>	<u>(103.189)</u>	<u>(71.079)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco

Notas Explicativas

considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da empresa, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

Operação	Saldo 31.03.12 U\$\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	11.688	1,83	111	2,29	5.463	2,75	10.815
Passivos							
Contas a pagar	(140)	1,83	(1)	2,29	(65)	2,75	(129)
Empréstimos e financiamentos	(68.180)	1,83	(648)	2,29	(31.867)	2,75	(63.087)
Efeito líquido			<u>(538)</u>		<u>(26.470)</u>		<u>(52.402)</u>

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de março de 2012 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida e dos instrumentos derivativos respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, e de instrumentos derivativos expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC, TR (Taxa de Referência), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate), LIBOR (London Interbank Offered Rate) ou IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo).

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de captações que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: manutenção das taxas de juros, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações.

2- Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

3 – Cenário Remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível verificado em 31 de março de 2012.

Operação	Indexador	Saldo 31.03.12	Cenário base Ganho (Perda)		Cenário adverso Ganho (Perda)		Cenário remoto Ganho (Perda)	
			Taxa %	R\$	Taxa %	R\$	Taxa %	R\$
Aplicações Financeiras								
CDB	CDI	90.240	10,29%	(19)	12,86%	2.175	15,44%	4.368
Financiamentos								
Capital de Giro	CDI	105.230	10,29%	22	12,86%	(2.634)	15,44%	(5.291)
Debêntures	CDI	72.508	10,29%	15	12,86%	(1.771)	15,44%	(3.557)
Capital de Giro	TR	5.536	0,09%	6	0,11%	4	0,13%	3
BNDES	TJLP	12.714	6,00%	-	7,50%	(191)	9,00%	(381)
Capital de Giro	IPCA	100.919	6,22%	-	7,78%	(1.476)	9,33%	(2.951)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor	4.513	0,50%	-	0,62%	(9)	0,74%	(17)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor	5.010	1,35%	17	1,68%	4	2,02%	(9)
Efeito Líquido no Resultado				<u>41</u>		<u>(3.898)</u>		<u>(7.835)</u>

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. A exposição máxima corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada (ver notas explicativas nº 16 e 17).

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos

Notas Explicativas

líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, no balanço consolidado, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de março de 2012 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. A inclusão de informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

	2012	2013	2014	2015	acima 2016
Passivos					
Fornecedores	33.712	-	-	-	-
Empréstimos	113.145	70.857	75.654	66.917	52.640
Debêntures	14.485	26.446	24.809	11.369	-
Derivativos	538	1.075	1.075	537	-
Outros Passivos	5.022	2.786	2.482	758	4.249
	<u>166.902</u>	<u>101.164</u>	<u>104.020</u>	<u>79.581</u>	<u>56.889</u>
Ativos					
Caixa e Equivalentes	85.085	-	-	-	-
Banco Conta Vinculada	4.439	640	1.280	640	-
Cientes a Vencer	94.091	-	-	-	-
Outros Ativos	3.114	909	648	24	-
	<u>186.729</u>	<u>1.549</u>	<u>1.928</u>	<u>664</u>	<u>-</u>
	<u>19.827</u>	<u>(99.615)</u>	<u>(102.092)</u>	<u>(78.917)</u>	<u>(56.889)</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados ativos e passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período de relatório.

A Companhia tem acesso a linhas de financiamento cujo valor total não utilizado no final do período do relatório é de R\$ 63.911, e que aumenta proporcionalmente na medida em que as obrigações de empréstimos e financiamentos forem liquidadas. A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros derivativos

As operações de derivativos são classificadas por estratégias de acordo com o seu objetivo. São operações contratadas com o objetivo de proteção do endividamento líquido da Companhia ou suas exportações e importações contra as variações de câmbio, ou para troca de taxa de juros. Os instrumentos financeiros foram apresentados no reconhecimento inicial, classificados como empréstimos e seus resultados são mensurados pelo seu valor justo, ou pelo custo amortizado, conforme o caso, e reconhecidos, na data de cada balanço, no resultado financeiro.

A Companhia mantém controles internos que a Administração julga suficientes para a gestão dos riscos. Mensalmente a diretoria analisa relatórios referentes ao custo financeiro da sua dívida e as informações do Fluxo de Caixa em Moeda Forte que contempla os recebimentos e pagamentos da Companhia em moeda estrangeira e avalia a necessidade de contratação de alguma proteção. Os resultados alcançados por esta forma de gerenciamento têm protegido o seu fluxo de caixa das variações do câmbio.

Apesar de contratar operações de derivativos, a Companhia não reconhece, nos derivativos contratados, os seus resultados na forma de “*hedge accounting*”.

a) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pelo valor justo

Em 31 de março de 2012, os montantes contratados destes instrumentos e os seus respectivos valores justos, assim como os efeitos acumulados no período, estão demonstrados na tabela abaixo:

Finalidade / Risco / Instrumento	31.03.2012		31.12.2011	
	Valor nocional	Valor justo (1)	Valor nocional	Valor justo (1)
Instrumento financeiro de valor justo				
Moeda Estrangeira <i>Swaps</i>	3.225	163	3.763	286
Total derivativos	<u>3.225</u>	<u>163</u>	<u>3.763</u>	<u>286</u>

(1) Os instrumentos financeiros derivativos foram avaliados pelo seu valor justo, por meio de utilização de projeções futuras do dólar da BM&F Bovespa nas datas de apuração. No caso de swaps, tanto a ponta ativa quanto a ponta passiva são estimados de forma independente e trazidas a valor presente por uma taxa de juros de mercado, onde a diferença do resultado entre as pontas gera o seu valor de mercado.

Esses instrumentos, em 31 de março de 2012, apresentavam as seguintes faixas de vencimentos de Valor Justo e Valor Nocional por instrumento:

Notas Explicativas

		2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor justo	<i>Swaps</i>	(43)	-	112	94	163
Finalidade / Risco / Instrumento						
		2012	2013	2014	2015	Total
Instrumento financeiro de valor justo						
Moeda Estrangeira - valor nominal	<i>Swaps</i>	538	1.075	1.075	537	3.225

Este instrumento financeiro está atrelado e encontra-se registrado junto à aplicação financeira vinculada, descrita na nota explicativa 9. Sua análise de sensibilidade encontra-se demonstrada em conjunto com o instrumento a ela atrelado.

b) Instrumentos financeiros derivativos reconhecidos por custo amortizado

- i) Em 30 de maio de 2011, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Credit Suisse, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros de operação já existente entre as partes em contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação, de 16 de fevereiro de 2007. O valor de referência atribuído na data de contratação foi de R\$ 70.374 (equivalente a USD 44.544 mil na data da transação), e vem diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em agosto de 2015.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente às operações originais. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de PPE – Pré Pagamento de Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros acrescidos da variação do CDI e os juros devidos não estão mais expostos a variação cambial. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de PPE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento e mantendo-os mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Estes juros estão incluídos na análise de sensibilidade de taxas de juros exposta nesta mesma nota explicativa em riscos de taxa de juros. O valor do principal do PPE, que permanece em dólares, está incluído na análise de sensibilidade de risco de exposição cambial, também exposto nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de maio de 2011.

- ii) Em 23 de março de 2012, a Companhia contratou operação de Swap de Fluxo de Caixa com Banco Itaú BBA, com objetivo de modificar a remuneração e riscos associados a taxa de juros da operação contratada na mesma data entre as partes em contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação. O valor de referência atribuído na data de contratação é de R\$ 40.000 (equivalente a USD

Notas Explicativas

21.990 mil na data da transação), diminuindo conforme ocorrem os vencimentos das parcelas semestrais previstas no contrato a ele atrelado até o seu vencimento final em março de 2017.

Essa operação de *swap* tem o objetivo de ajustar o preço da operação a ela atrelada e seus vencimentos se dão simultaneamente aos da operação original. O contrato de *swap* não é negociável separadamente. O contrato de CCE – Cédula de Crédito à Exportação passa a ser remunerado por taxa de juros fixos acrescidos da variação do dólar. Com isso o contrato de CCE não está mais exposto a variação do CDI. Considerando as características deste contrato em conjunto com o contrato de CCE, a Companhia está considerando os dois instrumentos como um único instrumento e mantendo-os mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Este contrato está incluído na análise de sensibilidade de exposição cambial exposta nesta mesma nota explicativa.

A aprovação para realizar a operação foi dada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de março de 2012.

32. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio, e ainda, segundo os critérios de segmentação estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8) – Informação por Segmento.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas; e móveis, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com duas unidades produtivas, uma junto a fábrica de papel do segmento papel em Vargem Bonita, SC, e outra em Indaiatuba, SP.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio fomento e também comercializa madeiras e produz da resina extraída do pinus, que servem de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

Segmento Móveis: este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Notas Explicativas**b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais**

	Consolidado					31/03/2012
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	67.539	27.797	4.079	2.735	-	102.150
Mercado externo	-	10.209	5.299	-	-	15.508
Receita de vendas para terceiros	67.539	38.006	9.378	2.735	-	117.658
Receitas entre segmentos	-	2.324	-	-	(2.324)	-
Vendas líquidas totais	67.539	40.330	9.378	2.735	(2.324)	117.658
Variação valor justo ativo biológico	-	-	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(53.789)	(25.423)	(7.294)	(1.280)	3.600	(84.186)
Lucro bruto	13.750	14.907	2.084	1.455	1.276	33.472
Despesas operacionais	(7.227)	(2.708)	(373)	(1.322)	(7.859)	(19.489)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.523	12.199	1.711	133	(6.583)	13.983
Resultado financeiro	(5.917)	(6.402)	(12)	(92)	512	(11.911)
Resultado operacional líquido	606	5.797	1.699	41	(6.071)	2.072
Ativo Total	153.136	686.992	138.913	5.012	199.127	1.183.180
Passivo Total	52.434	290.630	15.882	2.730	353.757	715.433
Patrimônio Líquido	-	257.870	115.758	1.502	92.617	467.747

	Consolidado					31/03/2011
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Móveis	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:						
Mercado interno	69.644	23.540	4.734	2.183	-	100.102
Mercado externo	-	10.266	5.237	-	-	15.503
Receita de vendas para terceiros	69.644	33.806	9.971	2.183	-	115.605
Receitas entre segmentos	100	6.444	-	-	(6.544)	-
Vendas líquidas totais	69.744	40.250	9.971	2.183	(6.544)	115.605
Variação valor justo ativo biológico	-	-	-	-	-	-
Custo dos produtos vendidos	(56.245)	(26.402)	(6.512)	(1.119)	6.236	(84.042)
Lucro bruto	13.499	13.848	3.459	1.064	(307)	31.563
Despesas operacionais	(7.280)	(2.560)	(978)	(995)	(6.789)	(18.603)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	6.220	11.288	2.481	69	(7.096)	12.960
Resultado Financeiro	(3.526)	(4.735)	2	(2)	324	(7.937)
Resultado Operacional Líquido	2.694	6.553	2.483	66	(6.772)	5.023
Ativo Total	168.128	656.841	130.331	4.684	170.111	1.130.095
Passivo Total	58.022	288.110	14.939	3.137	295.378	659.586
Patrimônio Líquido	-	283.544	119.287	1.547	66.131	470.509

Notas Explicativas

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 31 de março de 2012 totalizaram R\$ 117.658 (R\$ 115.605 em 31.03.2011).

A receita líquida de vendas para o mercado externo 31.03.2012 totalizou R\$ 15.508 (R\$ 15.503 em 31.03.2011), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

País	31.03.12 Consolidado		País	31.03.11 Consolidado	
	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total		Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Argentina	3.164	2,7%	Holanda	4.050	3,5%
Holanda	2.578	2,2%	Argentina	2.713	2,3%
Arábia Saudita	2.254	1,9%	Arábia Saudita	2.213	1,9%
França	1.210	1,0%	Paraguai	1.144	1,0%
Chile	1.039	0,9%	Alemanha	878	0,8%
Venezuela	839	0,7%	França	808	0,7%
Peru	799	0,7%	Chile	673	0,6%
Paraguai	770	0,7%	Coreia	502	0,4%
África do Sul	447	0,4%	Peru	498	0,4%
Espanha	426	0,4%	África do Sul	309	0,3%
Noruega	390	0,3%	Noruega	291	0,3%
Bolívia	303	0,3%	Bolívia	243	0,2%
Turquia	243	0,2%	Espanha	220	0,2%
Uruguai	204	0,2%	Venezuela	213	0,2%
Colômbia	185	0,2%	Estados Unidos	161	0,1%
Alemanha	180	0,2%	Paquistão	141	0,1%
Estados Unidos	156	0,1%	Colômbia	118	0,1%
Outros países	321	0,3%	Outros países	328	0,3%
	<u>15.508</u>	<u>13,2%</u>		<u>15.503</u>	<u>13,4%</u>

Notas Explicativas

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 31.03.2012 no mercado interno representaram R\$ 102.150 (R\$ 100.102 em 31.03.2011).

Neste primeiro trimestre de 2012, um único cliente representava 18,7% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 12.630. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

33. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Locação de imóveis de unidades produtivas

Em 31 de março de 2012, a Companhia possui 2 contratos de aluguel de unidades produtivas, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada exercício pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

Os contratos de aluguel de unidades produtivas estão representados conforme segue:

- a) Contrato de locação firmado em 20 de outubro de 2009 e aditado em 24 de março de 2010 com a controlada Irani Trading S.A, que é proprietária de imóvel industrial localizado em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início que se deu em 01 de janeiro de 2010 e seu valor locatício é de R\$ 1.364 mensais fixos.
- b) Contrato de locação firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem em Indaiatuba, SP, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual é de R\$ 174, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesa no primeiro trimestre de 2012 e de 2011 pela controladora, líquidos de impostos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 4.614 (R\$ 4.497 em 31.03.2011)
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 93 (R\$ 75 em 31.03.2011)

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valor de 31 de março de 2012 totalizam um montante mínimo de R\$ 82.282.

	<u>até um ano</u>	<u>depois de um ano até cinco anos</u>	<u>depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Aluguéis mínimos futuros	20.495	43.126	18.660	82.282

Notas Explicativas

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias, em área total de 3.220 hectares, da qual 2.266 hectares é a área proporcional dos plantios pertencentes à mesma. Para algumas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente conforme demonstrado abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas sejam colhidos.

Compromissos de arrendamento operacional não canceláveis

	até um ano	depois de um ano até cinco anos	depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	228	912	1.246	2.386

Contratos de arrendamento da Companhia como arrendadora

Os arrendamentos operacionais referem-se às propriedades para investimento da Companhia e têm prazos de arrendamento de 24 meses, com opção de renovação por igual período. Todos os arrendamentos operacionais contêm cláusulas de revisão de mercado caso o arrendatário exerça a opção de renovação. O arrendatário não tem a opção de compra do imóvel após o término do prazo de arrendamento.

A receita de aluguel obtida pela Companhia sobre as suas propriedades para investimento e despesas operacionais diretas resultante das propriedades para investimento no período foram de R\$ 114 e R\$ 137 respectivamente.

34. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina, onde 60% do incremento de ICMS, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, manutenção de empregos, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média do custo de captação na data base para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos, caso não possuísse o benefício, resultando em R\$ 2.904.

A vigência do benefício é de 14 anos, iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de março de

Notas Explicativas

2012, a Companhia possuía R\$ 15.344 de ICMS diferido registrado no passivo não circulante.

35. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetam o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012, a Companhia efetuou a aquisição de ativo imobilizado no montante de R\$ 114 que foram financiadas diretamente por fornecedores e também aportou capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 3.370. No período de três meses findos em 31 de março de 2011 não houveram transações que não afetaram o caixa.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de abril de 2012, foi realizada reunião do Conselho de Administração da Companhia que aprovou submeter à deliberação da assembleia geral de acionistas convocada para este fim, as seguintes propostas relevantes:

- 1) Realização de distribuição pública Primária e Secundária, de certificados de depósitos de ações de emissão da Companhia, nos termos e condições estabelecidos e divulgados em Fato Relevante ao mercado na mesma data da deliberação.
- 2) Listagem das ações de emissão da Companhia no segmento de Nível 2 das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros por ocasião da Oferta e adequação do estatuto da Companhia ao respectivo regulamento.
- 3) Alterações das vantagens atualmente atribuídas às ações preferenciais para:
(i) a prioridade no reembolso do capital, em prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia; (ii) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em decorrência de alienação de controle da Companhia, ao mesmo preço e nas mesmas condições ofertadas às ações integrantes do bloco de controle da Companhia; e (iii) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias.
- 4) Desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, de modo que cada ação ordinária seja desdobrada em 20 (vinte) ações ordinárias e cada ação preferencial seja desdobrada em 20 (vinte) ações preferenciais de emissão da Companhia e o aumento do limite do capital autorizado até o limite de 900.000.000 de ações, todas sem valor nominal, representado por 300.000.000 de ações ordinárias e 600.000.000 de ações preferenciais.
- 5) Inserção no Estatuto Social da possibilidade de serem emitidos e listados em bolsa de valores certificados de depósito de ações (“*Units*”) representativos de ações de emissão da Companhia, sendo cada *Unit* representativa de uma ação ordinária e

Notas Explicativas

quatro ações preferenciais de emissão da Companhia, conforme deliberação do Conselho de Administração.

6) Outorga aos acionistas da Companhia, visando à formação das *Units*, do direito de conversão facultativa e definitiva (i) de ações ordinárias em ações preferenciais, sendo que a cada lote de 5 ações ordinárias, 4 ações ordinárias poderão ser convertidas em 4 ações preferenciais; e (ii) de ações preferenciais em ações ordinárias da Companhia, sendo que a cada lote de 5 ações preferenciais, uma poderá ser convertida em uma ação ordinária, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia estabelecer o prazo e demais condições para a conversão

7) Reforma do Estatuto Social da Companhia, de modo a adequá-lo às deliberações mencionadas nos itens acima, caso venham a ser aprovadas, bem como alterando as matérias de aprovação do Conselho de Administração e adequando o Estatuto às alterações da Lei nº 6.404/76 decorrentes da Lei nº 12.431/2011 mediante a inserção de novos artigos.

Em 04 de abril de 2012, foi publicado edital de convocação de Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária, a fim de deliberarem sobre os assuntos apresentados. Também foi convocada Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais, que tem por proposta a ratificação do item (c) da Ordem do Dia da AGE, caso aprovado, relativo à alteração das vantagens atribuídas às ações preferenciais. Esta alteração de vantagens conferirá aos acionistas dissidentes o direito de retirarem-se da companhia mediante o reembolso das ações de que são titulares na data da publicação do Edital.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Celulose Irani S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Celulose Irani S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 16 de abril de 2012.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Contador CRC 1RS02931/O-4